

TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PROGRAMA PERIFERIA VIVA - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS COMPLEXO DA MARÉ

Rio de Janeiro, Maio de 2026

ÍNDICE

1. Quadro demonstrativo -----	03
2. Definição do objeto -----	03
3. Fundamentação da contratação -----	03
4. Descrição da solução -----	04
5. Requisitos da contratação -----	04
6. Modelo de execução do objeto -----	05
7. Modelo de gestão do contrato -----	05
8. Critérios de medição e de pagamento -----	05
9. Forma e critérios de seleção -----	06
10. Estimativas do valor da contratação -----	13
11. Adequação orçamentária -----	13
12. Apresentação do PTS -----	13
13. Identificação da área de intervenção -----	14
13.1. Mapa de localização -----	15
13.2. Intervenções físicas -----	16
14. Identificação da equipe técnica responsável -----	18
15. Identificação dos recursos físicos necessários -----	24
16. Leitura técnico-comunitária da realidade e visão de futuro -----	26
17. Planejamento do conjunto de ações e atividades por eixos temáticos —	32
18. Objetivo -----	34
18.1 Objetivos específicos -----	34
19. Justificativa -----	34
20. Metodologia -----	36
21. Detalhamento de cada ação ou atividade -----	38
22. Composição orçamentária e cronograma físico financeiro -----	84
23. Comprovação da execução participativa -----	84
24. Vigência prevista para a execução -----	84
25. Impacto e considerações finais -----	84

1. QUADRO DEMONSTRATIVO

Território da intervenção: Complexo de favelas da Maré	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
Executor da intervenção: Secretaria Municipal de Infraestrutura	
Fonte de recursos: OGU	
Valor do Investimento: R\$ 4.294.343,91	
Prazo: 24 meses	
População direta: 34.600 domicílios	

Responsabilidade Técnica	
Responsável Técnico Social: Luciane Beja	
Formação: Assistente Social	
Matrícula: 10/241.045-4	Cress: 12.983 - 7ª Região
Telefone: (21) 998899337	
E-mail: lucianebeja@gmail.com	

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto deste termo de referência é a contratação de empresa para execução de Trabalho Social, no âmbito do Novo PAC Urbanização de Favelas - Programa Periferia Viva, no Complexo da Maré, contemplando 34.600 domicílios pelo prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

As disposições deste Termo de Referência deverão ser interpretadas de forma objetiva e restrita ao escopo definido, não sendo admitidas interpretações subjetivas que ampliem ou restrinjam as obrigações sem formalização por instrumento contratual específico.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Trabalho Social a ser desenvolvido tem como objetivo primordial proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos moradores que residem na poligonal alcançada pelo Novo PAC do Complexo da Maré, desenvolvendo ações de apoio e fortalecimento à participação efetiva das famílias, ao trabalho socioeducativo de educação ambiental, patrimonial, além de oferecer meios para que o território possa promover o desenvolvimento socioeconômico.

As atividades ofertadas pelo Projeto de Trabalho Social contribuem para o fortalecimento da gestão comunitária e a preservação e conservação das obras e benfeitorias executadas, devendo ser feita através da contratação de empresa especializada que assegure a realização de todo escopo previsto, garantindo a adequada utilização dos recursos financeiros destinados ao Trabalho Social.

A presente contratação tem fulcro na Lei nº 14.133/2021, Artigos 28, inciso II, c/c Artigo 33 inciso IV (modalidade **Técnica e Preço**)

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Para que a contratação do trabalho social produza resultados satisfatórios e atinja seus objetivos, o presente Termo de Referência tratará das etapas, fluxos e processos que precisam ser adotados ao longo do desenvolvimento das atividades, especificando a qualificação técnica dos profissionais envolvidos, os recursos materiais necessários e os eixos metodológicos de trabalho.

A solução indicada é que a execução seja indireta, por empresas de natureza privada com expertise em trabalho social em áreas de extrema vulnerabilidade social, estando todas as etapas sob acompanhamento e fiscalização desta municipalidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deste objeto apresenta os seguintes requisitos:

- A execução de todos os serviços a serem realizados deverá obedecer ao estabelecido no Termo de Referência;
- Os serviços que serão executados são classificados como serviços qualificados, sendo necessário que a ganhadora do certame possua conhecimento técnico e experiência comprovada para sua realização, sendo indicado a modalidade **Técnica e Preço**;
- O prazo de execução dos serviços será de 24 meses;
- As áreas em que o trabalho será executado são: Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue, Conjunto Esperança, Pata Choca e parte da Nova Holanda e Vila do João.

Definição da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

- Os profissionais deverão ter registro nos respectivos Conselhos Profissionais de classe, com regularização dos impostos anuais, quando a formação requerida tiver obrigatoriedade da inscrição;

- Todos os profissionais deverão apresentar diploma ou declaração de instituição reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação);
- Os cargos que demandam comprovação de experiência profissional deverão apresentar atestado, certidão ou declaração de capacidade técnica emitido por órgão público ou empresa privada atuante na área fim.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do Trabalho Social prevista está detalhada no presente Termo de Referência, em conformidade com a Portaria MCID 75 /2025, incluindo os eixos temáticos estabelecidos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato se dará através do acompanhamento efetivo tanto das atividades de campo, como das ações gerenciais por parte do Responsável Técnico e da equipe de fiscalização indicados por esta municipalidade. O monitoramento visa verificar se os produtos estão sendo executados em conformidade com o previsto no escopo das atividades e de avaliar a qualidade dos recursos utilizados, podendo opinar, a qualquer tempo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O valor total para execução do Projeto Social será de R\$ R\$ 4.294.343,91 que serão aplicados mediante cronograma físico-financeiro aprovado e todas as despesas efetuadas devidamente comprovadas com notas fiscais e recibos condizentes com cada despesa. As condições de pagamento serão incorporadas às cláusulas contratuais firmadas com a vencedora do certame, sendo ajustadas à execução das etapas descritas e produtos desejados.

As medições estão vinculadas à apresentação e aprovação dos Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Social (RATS) mensais e respectivos anexos analisados pela equipe técnica da Prefeitura.

Os Relatórios são os instrumentos que apresentam as medições das atividades/ações desenvolvidas em campo, tendo como finalidade a comprovação para fins de liberação de recursos, de monitoramento e avaliação do trabalho social. O pagamento está condicionado à análise e aprovação dos Relatórios, por parte da equipe técnica da contratante e do Agente Financeiro, devendo seguir as normas e regras estabelecidas no contrato, ficando

condicionado o pagamento integral das horas propostas à execução de todas as atividades previstas no mês, sejam as individuais ou coletivas.

A cada etapa de 30 dias corridos a contratada deverá apresentar o RATS, contendo a descrição das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as orientações fornecidas pela contratante e com as devidas comprovações documentais. O RATS é o documento comprobatório da execução junto à prefeitura e ao órgão financiador, devendo ser entregue em uma via impressa e uma digital, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

As referidas comprovações devem ser enviados à equipe da prefeitura (fiscalização e responsável técnica), para as análises pertinentes até o 5º dia útil do mês subsequente e que, caso seja analisado tecnicamente a necessidade de retificar ajustes e/ou correções, a empresa deverá se comprometer a retornar com o relatório devidamente ajustado em até cinco dias úteis a contar da data de recebimento da devolutiva técnica para que o mesmo possa ser reanalisado e encaminhado para a equipe de analistas do órgão Financiador, que também providenciará a análise do relatório para fins de ateste e liberação dos recursos.

Para a concretização das ações de pagamento é necessário que todos estes procedimentos sejam documentados e tenham consistência administrativa e legal, com vistas às prestações de contas aos órgãos de controle interno (CGM) e externo do Município (TCM), devendo ser as medições elaboradas pelos fiscais do contrato em conformidade com os critérios de avaliação de desempenho e de acordo com o RGCAF – Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, levando em consideração o percentual de desconto ofertado pela empresa vencedora no processo licitatório em todos os preços unitários que compõem cada atividade.

A empresa só dará entrada na medição e poderá emitir a nota fiscal, após o ateste do Responsável Técnico, da Fiscalização do Contrato e do agente financeiro, sendo que os valores e os itens que comporão a planilha de medição e o valor da nota fiscal da empresa deverão respeitar os valores atestados em conjunto e previstos no cronograma.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A licitação deverá acontecer na modalidade de Concorrência Pública, por meio eletrônico, modo de disputa fechado. O critério de Julgamento é **TÉCNICA E PREÇO** e o regime de

execução do contrato é a EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, sendo permitida a participação de consórcios formados por empresas cuja a finalidade seja a execução de Trabalho Social, em conformidade com a Lei 14.133 de 2021.

Como a execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) no Complexo da Maré é de natureza eminentemente intelectual e complexa, a pontuação técnica deve focar na capacidade operacional e metodológica da empresa para lidar com as especificidades locais e na excelência e dedicação da equipe.

Para aferição da pontuação técnica, será definido uma Comissão de Licitação, responsável pela análise dos documentos apresentados por cada uma das licitantes, sendo que a pontuação será distribuída avaliando os seguintes itens:

- Capacidade Técnico e Operacional da licitante:
- Proposta de Preço:

A Nota Final (NF) de cada licitante será obtida pela aplicação de fórmula ponderada, que contemple 70% do valor para a Nota Técnica (NT) e 30% referente a Nota da Proposta de Preço (NP)

$$NF = NT \times 0,70 + NP \times 0,30$$

9.1. Capacidade técnica-operacional da Licitante (Nota Técnica - NT)

A Licitante deverá ter entre as suas finalidades o Trabalho Social e comprovar sua qualificação por meio da apresentação de certidões e/ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância.

A Licitante deverá fazer a apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, limitada à parcela de maior relevância, que esteja a sua disposição na data prevista para a entrega da proposta, para fins de contratação, além de declaração de concordância desse profissional em participar do projeto objeto da presente licitação, com apresentação de currículo via plataforma “Lattes”:

Também será avaliada a capacidade institucional e o histórico da licitante na condução de projetos de complexidade semelhante ao apresentado neste Termo de Referência, sendo

que a formulação final da nota (NF) se dará através do julgamento do material entregue, em conformidade com o artigo 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

A Nota Técnica (NT) totalizará o máximo de **100 pontos**, distribuídos em 3 blocos objetivos de avaliação, valorizando o conhecimento metodológico e o perfil das equipes para atuar em áreas de extrema vulnerabilidade e instabilidade social, estando a seguir o detalhamento e as métricas de pontuação:

Bloco de Avaliação Técnica	Pontuação Máxima
Bloco I: Estudo de Viabilidade Metodológica e Alinhamento Normativo-operacional	30 pontos
Bloco II: Qualificação da Equipe Técnica	40 pontos
Bloco III: Experiência Operacional da Empresa	30 pontos
PONTUAÇÃO TÉCNICA MÁXIMA TOTAL	100 pontos

9.1.1. Bloco I: Estudo de Viabilidade Metodológica e Alinhamento Normativo-Territorial (Máximo: 30 pontos): Neste bloco, a licitante deverá apresentar um documento técnico-analítico (limitado a um número máximo de 20 páginas), no qual demonstrará pleno domínio técnico das diretrizes da Portaria MCID nº 75/2025 e das especificidades do território da Maré descritas na Leitura Técnico-Comunitária deste TR, avaliado de forma puramente objetiva conforme os seguintes subitens:

A. Análise de Aderência à Portaria MCID nº 75/2025 e Interseccionalidade (Até 10 pontos):

Objetivo: Avaliação da capacidade analítica da licitante em demonstrar como a execução dos produtos previstos neste TR responde às exigências federais de transversalidade de

gênero, raça, etnia e diversidade (especialmente as oficinas com mulheres pescadoras/catadoras do Produto 20 e o público jovem no Curso Olhares da Maré do Produto 26), sendo a distribuição da pontuação:

Pontuação máxima (10 pontos): O estudo apresenta uma matriz de correlação perfeita entre os eixos do PTS deste TR , as diretrizes da Portaria 75/2025 e os perfis demográficos da Maré, demonstrando estratégias científicas para garantir a busca ativa e a permanência desses públicos prioritários.

Pontuação intermediária (05 pontos): O documento limita-se a citar o texto da Portaria de forma genérica, sem correlacioná-la diretamente com a execução prática dos produtos estabelecidos pela Prefeitura para as comunidades da poligonal.

Pontuação zerada (0 ponto): Não apresenta a análise ou a proposta demonstra desconhecimento das regras da Portaria MCID nº 75/2025.

B. Análise do Plano de Contingência Operacional em áreas conflagradas (Até 10 pontos):

Objetivo: tendo em vista o alto índice de vulnerabilidade e questões de segurança pública no território de trabalho deste PTS, será pontuada a qualidade do protocolo apresentado para a governança e proteção das equipes em campo sem o prejuízo das metas do contrato.

Pontuação máxima (10 pontos): Apresenta estratégias objetivas de gestão de riscos com protocolos claros de comunicação em tempo real com as lideranças locais e órgãos comunitários , regras para suspensão temporária e retomada segura das atividades de campo (em dias de operações armadas) e metodologias para compensação da carga horária dos produtos impactados, garantindo a integridade dos trabalhadores e moradores.

Pontuação zerada (0 ponto): Ausência de estratégias específicas de contingência operacional para atuação no território conflagrado da Maré.

C. Análise das Estratégias Organizacionais para Mobilização e Consolidação da CAC (Até 10 pontos):

Objetivo: Avaliação do detalhamento técnico de suporte para o funcionamento efetivo da Comissão de Apoio à Comunicação (CAC), conforme estipulado no Produto 4.

Pontuação máxima (10 pontos): Descreve detalhadamente as dinâmicas de facilitação social, os fluxos para recolhimento e tratamento das demandas das caixas de sugestões, o cronograma interno para as reuniões mensais da CAC e os métodos de linguagem acessível e educomunicação que apoiarão o boletim "Voz da Maré" no território.

Pontuação zerada (0 ponto): Descrição superficial que não detalha o fluxo organizacional prático para o funcionamento da CAC.

9.1.2. Bloco II: Qualificação Adicional da Equipe Técnica (Máximo: 40 pontos): Para garantir a excelência intelectual da execução, serão atribuídos pontos para a experiência e formação da equipe acima dos requisitos mínimos já exibidos na seção 14.1:

A. Análise do Coordenador do Projeto (Até 15 pontos):

Objetivo: avaliação da experiência comprovada em coordenação de PTS de urbanização de favelas (além dos 3 anos mínimos exigidos no TR):

Pontuação máxima (15 pontos): mais de 8 anos de experiência

Pontuação Intermediária (7,5 pontos): De 5 até 8 anos:

Pontuação Zerada: 0 pontos (atende apenas ao mínimo do TR de 3 a 5 anos).

B. Análise dos Técnicos Sociais (2 vagas - Até 15 pontos no total / 7,5 pontos por profissional):

Objetivo: avaliação da experiência comprovada em trabalho social com foco em reassentamento, mediação de conflitos ou intervenções urbanísticas no Município do Rio de Janeiro:

Pontuação máxima (7,5 pontos por profissional): mais de 6 anos de experiência

Pontuação Intermediária (3,75 pontos pontos): de 3 a 6 anos de experiência

Pontuação Zerada: 0 pontos (atende apenas ao mínimo do TR de até 3 anos).

C. Análise do Profissional de Planejamento Territorial (Até 10 pontos):

Objetivo: avaliação da experiência comprovada em acompanhamento de obras de urbanização integrada e produção de diagnósticos urbanísticos participativos em favelas:

Pontuação máxima (10 pontos): mais de 5 anos de experiência

Pontuação Intermediária (5 pontos): de 2 a 5 anos de experiência

Pontuação Zerada: 0 pontos (atende apenas ao mínimo do TR de até 2 anos.

9.1.3. Bloco III: Experiência Operacional da Empresa (Até 30 pontos): Será avaliada a capacidade institucional e o histórico da licitante na condução de projetos de alta complexidade

A. Análise dos Atestados de Capacidade Técnica Operacional (Até 15 pontos): Objetivo: Apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem que a empresa executou satisfatoriamente Projetos de Trabalho Social (PTS) sob diretrizes de programas federais habitacionais ou de urbanização (PAC / Periferia Viva ou similares):

- *01 atestado válido: 5 pontos.*
- *02 atestados válidos: 10 pontos.*
- *03 ou mais atestados válidos: 15 pontos.*

B. Análise da experiência com escala de atendimento (até 8 pontos): por meio dos mesmos atestados entregues para análise do item A, a licitante que cojprovar que ja gerenciou projetos de grande porte podem garantir melhor pontuação:

- Atestado(s) que comprove(m) execução de PTS para até 500 famílias: 2 pontos.
- Atestado(s) que comprove(m) execução de PTS de 501 a 1.500 famílias: 5 pontos.
- Atestado(s) que comprove(m) execução de PTS para mais de 1.500 famílias: 8 pontos

C. Atividades Críticas de Alta Complexidade — Até 7 pontos

O Trabalho Social do PAC não é apenas dar curso e fazer reunião; ele envolve negociações complexas e gestão de crises, para tal serão atribuídos 2,5 pontos adicionais para cada comprovação em atestado, conforme as tipologias de atendimento a seguir:

- **Processos de Reassentamento e Remanejamento Populacional:** Experiência em cadastramento socioeconômico, selagem de imóveis, acompanhamento de mudanças e pós-moradia (crucial para o PAC).
- **Gestão de Conflitos e Mediação Comunitária:** Comprovação de atuação em territórios de vulnerabilidade social extrema ou áreas conflagradas, com estratégias de articulação local e comitês de moradores.
- **Trabalho Social integrado a Obras de Saneamento/Urbanização:** Comprovação de que a equipe social trabalhou em plantões integrados à engenharia (intervenções de esgoto, abertura de vias, contenção de encostas), que exigem forte diálogo para a liberação de frentes de obra.

9.2. Da Proposta de Preço (NP)

A Proposta de Preço receberá pontuação de no máximo **100 pontos**, calculada pela fórmula clássica de proporcionalidade para garantir a escolha da proposta economicamente mais vantajosa para a administração:

$$NP = (X \text{ menor} / X \text{ proposta}) \times 100$$

Onde:

- X menor é o menor preço global válido ofertado no certame;
- X proposta é o preço global da proposta em julgamento.

Nota técnica importante: Em cumprimento ao subitem 14 do Termo de Referência, serão desclassificadas propostas que apresentem valores globais ou unitários manifestamente inexequíveis. Os custos de pessoal deverão contemplar obrigatoriamente as convenções coletivas e a incidência do **adicional de periculosidade de 30%** em decorrência das especificidades territoriais descritas (AISE), sob pena de desclassificação imediata por inconformidade com os requisitos do edital.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O cálculo de estimativa do valor do trabalho técnico social foi celebrado por pesquisa de preços no mercado, incluindo os insumos a serem utilizados, bem como a valoração profissional, devendo conter, no mínimo, três cotações de cada item, estando descritos e apresentados em cronograma físico-financeiro, anexo ao presente Termo de Referência.

Os custos estimados foram definidos com base em parâmetros de mercado, referências institucionais e experiências anteriores em projetos similares, devendo a contratada manter memória de cálculo detalhada e documentação comprobatória que evidencie a compatibilidade dos preços praticados, conforme a Lei nº 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento de R\$ R\$ 4.294.343,91 é oriundo do Orçamento Geral da União, através de convênio firmado entre esta municipalidade e o Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Os recursos necessários à contratação para execução do Trabalho Social correrão em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 1501.15003.15.451.0605.1322
- Natureza de Despesa: 449039
- Fonte de Recursos e valor: 1700108/1500102- (R\$ 4.294.343,91);
- Produto da meta: 4747
- ID: 8084556 (Trabalho Social PAC Urbanização de Favelas - Programa Periferia Viva, Complexo da Maré, AP3)

12. APRESENTAÇÃO DO PTS

O presente termo visa definir e orientar o Trabalho Social (TS) a ser desenvolvido por empresa especializada e com expertise em serviços técnicos e projetos sociais em áreas de vulnerabilidade social. A contratação será feita pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de implantar, monitorar e acompanhar o Projeto de Trabalho Social (PTS), que tem como pressuposto o atendimento às famílias beneficiadas pelas obras de urbanização a serem realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC - Urbanização de Favelas) no Complexo da Maré.

As intervenções que serão implementadas visam garantir à população o direito básico de moradia, inclusão social e urbana e acesso aos equipamentos e serviços públicos, estando o trabalho social direcionado para a promoção da autonomia, protagonismo social e a conscientização da população beneficiária sobre a importância de manter, preservar e adquirir novos hábitos que contribuam para a sustentabilidade das intervenções realizadas. Para tal, prevê um conjunto de ações capazes de viabilizar melhores condições de vida dos moradores, garantindo a oferta de atividades de cunho socioeducativo e de acesso à políticas públicas intersetoriais, estando norteado por diretrizes e normativas constantes nas legislações oficiais, em especial a Portaria MCID 75 de 28 de Janeiro de 2025.

Nesse sentido, o presente documento apresenta a base metodológica para a realização do Trabalho Social durante o período estabelecido para sua execução, estando definidas as estratégias de trabalho, os produtos, ações, as metas, instrumentos auditáveis, dentre outros.

13. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O bairro Maré foi criado pela Lei Nº 2119, de 19 de Janeiro de 1994 e teve seu território delimitado anteriormente pelo Decreto Nº 7980 de 12 de Agosto de 1988. O território é composto por favelas e conjuntos habitacionais de interesse social, sendo eles: Vila do Pinheiro, Parque União, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Timbau, Pata Choca, Salsa e Merengue, Avenida Canal, Vila do João, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Nova Maré, Parque Roquete Pinto.

O território é marcado por processos de ocupação e urbanização ao longo do século 20 que refletem as dinâmicas sociais e econômicas da cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, o Complexo da Maré é uma das maiores áreas urbanas de favela no Brasil, com quase 140 mil habitantes. A ocupação da Maré teve início na década de 1940, quando migrantes, especialmente do Nordeste, começaram a construir palafitas ao longo da Baía de Guanabara e dos canais do Rio Faria-Timbó. A região era composta por terrenos alagadiços. Essas famílias, atraídas pela proximidade com o Centro do Rio de Janeiro e a crescente industrialização, buscavam moradia acessível em uma cidade em plena expansão.

Nas décadas de 1960 e 1970, a Maré passou por um crescimento exponencial. Com a chegada de mais famílias, áreas alagadas foram aterradas, permitindo a substituição das palafitas por casas de alvenaria. O processo de urbanização informal continuou sem qualquer planejamento público e a carência de serviços básicos, como água encanada, saneamento e

eletricidade, era evidente.

Apesar das condições precárias, o Complexo da Maré começou a se consolidar como um importante território urbano, abrigando trabalhadores do setor industrial e de serviços. Contudo, ao longo desses anos, as políticas públicas habitacionais não deram conta de absorver a demanda da população em expansão, forçando mais famílias a ocuparem essas áreas marginais.

Em 19 de janeiro de 1994, o bairro Maré foi criado pela Lei 2119. Essa legislação foi um reconhecimento formal da região como parte integrante da cidade, inserindo a Maré no contexto administrativo oficial. Essa ação representou um passo importante na luta por cidadania dos moradores, pois permitiu que o bairro fosse incluído nas políticas públicas municipais, além de conferir uma identidade oficial ao território. Esse reconhecimento legal, no entanto, não eliminou os desafios sociais e econômicos enfrentados pela população da Maré.

De acordo com o Censo 2022 do IBGE, o Complexo da Maré teve uma diminuição no número de moradores em comparação ao Censo de 2010, de aproximadamente 5.000 pessoas, já que em 2010 a Maré contava com 129.770 moradores e em 2022 esse número reduziu para 124.832, sendo que todo território do município do Rio de Janeiro foram afetadas pela redução populacional. O IBGE vem lançando os microdados dos territórios de forma desagregada e paulatinamente, sendo que parte das áreas da poligonal estão classificadas a seguir:

	Domicílios (2010)	Domicílios (2022)	Var	População (2010)	População (2022)	Var
Área 1						
Rua 17 de fevereiro I	0	1	100%	0	2	100%
Rua 17 de fevereiro II	0	2	100%	0	4	100%
Suave	0	4	100%	0	8	100%
Paraibuna	50	46	-9%	0	124	100%
Joana Nascimento	64	17	-276%	24	31	23%
Área Formal*	206	146	-41%	650	289	-125%
Total	320	216	-48%	674	458	-47%
Área 2						
	Domicílios (2010)	Domicílios (2022)	Var	População (2010)	População (2022)	Var
Baixa do Sapateiro	3.154	3.159	0%	6.850	6.860	0%
Timbau	2.360	2.387	1%	4.425	4.487	1%
Conjunto Nova Maré*	850	861	1%	3.174	2.604	-22%
Total	6.364	6.407	1%	14.449	13.951	-4%
Área 3						
	Domicílios (2010)	Domicílios (2022)	Var	População (2010)	População (2022)	Var
Conjunto Bento Ribeiro Dantas*	719	1.025	30%	2.898	2.576	-13%
Total	719	1.025	30%	2.898	2.576	-13%
Área 4						
	Domicílios (2010)	Domicílios (2022)	Var	População (2010)	População (2022)	Var
Conjunto Vila Pinheiros*	4.677	5.687	18%	14.416	13.292	-8%
Avenida Canal	378	421	10%	879	978	10%
Salsa e Merengue	2.130	2.985	29%	7.258	7.565	4%
Conjunto Pinheiros*	1.337	894	-50%	4.115	2.251	-83%
Comunidade Vila do Pinheiro	359	1.263	72%	921	2.909	68%
Total	8.881	11.250	21%	27.589	26.995	-2%
Área 5						
	Domicílios (2010)	Domicílios (2022)	Var	População (2010)	População (2022)	Var
Avenida Canal II	5	33	85%	12	75	84%
Vila do João*	4.435	5.829	24%	12.970	13.292	2%
Total	4.440	5.862	24%	12.982	13.367	3%
Área 6						
	Domicílios (2010)	Domicílios (2022)	Var	População (2010)	População (2022)	Var
Pata Choca	759	890	15%	1.723	2.041	16%
Conjunto Esperança*	1.127	1.200	6%	3.377	3.085	-9%
Total	1.886	2.090	10%	5.100	5.126	1%

Apesar dos avanços conquistados pelo movimento social do território, o Complexo da Maré ainda enfrenta desafios relacionados à serviços essenciais insuficientes, segurança pública e infraestrutura precária. O reconhecimento legal e os projetos de urbanização foram passos importantes e a necessidade de expansão da urbanização e requalificação da urbanização já realizada se faz necessária para melhoria no atendimento à população.

13.1 Mapa de Localização

A seguir o mapa representa o território a ser contemplado com os recursos do PAC. Parte dos recursos serão aplicados em obras de infraestrutura, obras de recuperação de equipamentos públicos, elaboração de projetos e elaboração do Plano de Ação, fase anterior à execução deste objeto de contratação.



13.2 Intervenções Físicas

Obras de infraestrutura urbana numa poligonal com aproximadamente 490 mil m², abrangendo áreas das comunidades de Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Nova Maré, Bento Ribeiro Dantas e Salsa e Merengue.

Reforma total de equipamento público, atualmente em desuso, de 445m² localizado na Baixa do Sapateiro. O equipamento irá absorver o funcionamento da Gerência Executiva Local do Complexo da Maré - GEL Maré, órgão da Secretaria Municipal de Coordenação Governamental para atendimento a demandas da comunidade, criada para aproximar a gestão pública das necessidades dos cidadãos em cada território. O espaço também receberá o funcionamento do Posto Territorial, durante o período de obras no território.

Durante a elaboração do Plano de Ação está sendo possível verificar que uma das maiores questões a serem resolvidas no território é o descarte irregular de resíduos sólidos. Uma das soluções apresentadas é a construção de espaços para instalação de Ecoponto, destinado a receber diversos tipos de resíduos como lixo domiciliar, entulho, galhadas, móveis e eletrodomésticos. Um dos locais onde o descarte inadequado do lixo é diariamente verificado é próximo aos equipamentos de educação criados pelo Programa Fábrica de Escolas, na Comunidade Salsa e Merengue, que se agrava com a insalubridade do Canal do Cunha.

Nesse sentido, uma das intervenções a ser realizada é a construção de um Parque para atender às escolas e Ecoponto para absorver toda demanda atual desta parte do território. O Ecoponto será o maior do município do Rio de Janeiro e sua gestão será realizada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB.

O Parque contará com quadra poliesportiva, quadra de areia, área de pequenos eventos dos equipamentos escolares (páscoa, festa junina, dia das mães, dia dos pais), circuito bike educa para incentivo à educação no trânsito, parquinho infantil, redário, plantio de árvores, recuperação da margem do rio com vegetação nativa, horta e pomar.

O Plano de Ação e o Projeto Básico que vem sendo construído pelo Periferia Viva, junto a macroárea e território periférico, propiciará as diretrizes para as demais etapas de obra, com as indicações propostas e validadas pela própria comunidade.

14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Caberá à ganhadora do processo licitatório a contratação e gestão técnica e trabalhista dos seus funcionários e terceirizados, sendo que considerando a especificidade do contrato, é fundamental que a equipe contratada disponha da capacidade técnica necessária para mobilização, planejamento, execução e avaliação das atividades.

O contratante se reserva o direito de analisar, a qualquer tempo, a qualificação técnica da equipe da contratada, podendo recomendar a substituição dos funcionários do contrato que não atendam aos pré-requisitos deste documento.

Para o processo licitatório serão desconsideradas as propostas com salários incompatíveis aos valores de mercado. De acordo com o art. 193 da CLT e a Súmula NR-16 (Anexo 2, item 2), é devido o adicional de periculosidade de 30% sobre o salário-base a todos os trabalhadores que exercem suas atividades em condições de risco acentuado à vida ou à integridade física, incluindo aquelas realizadas em áreas de alta vulnerabilidade social com reconhecida presença de violência armada urbana. O Complexo da Maré é classificado pelo Poder Público (IPP – Instituto Pereira Passos, 2019 e relatórios da PMERJ) como Área de Interesse de Segurança Especial (AISE) e integra o território de atuação permanente de diversas operações de segurança, configurando situação de risco real e permanente decorrente de confrontos armados, balas perdidas e operações policiais de alta intensidade.

Nesse contexto, os profissionais que atuam diretamente na execução do projeto permanecem expostos diariamente a essas condições durante deslocamentos e atividades presenciais nas comunidades do Complexo, tornando plenamente aplicável o pagamento do adicional de periculosidade de 30%, conforme já reconhecido em diversos projetos executados em territórios similares pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (proc. 0100694-73.2018.5.01.0062 e acórdãos correlatos e pela Lei 12.740 de 8/12/2012. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12740.htm).

Os empregados discriminados neste Termo de Referência deverão receber mensalmente remuneração conforme Convenção, Dissídio ou Acordo Coletivo de Trabalho, dos sindicatos pertinentes a cada categoria, em vigor, sendo este valor, no mínimo, o piso bruto salarial das respectivas categorias profissionais, bem como adicional noturno, benefícios (vale refeição/alimentação, vale transporte, etc.) e reajuste salarial na data-base no percentual estabelecido.

A contratada deverá assegurar a regularidade e a continuidade dos pagamentos dos profissionais alocados à execução do objeto, independentemente das variações mensais decorrentes das medições dos serviços. A contratada será responsável pela gestão financeira dos recursos humanos, devendo assegurar o pagamento mensal contínuo e linear da equipe técnica, não sendo admitida a transferência de riscos financeiros aos profissionais envolvidos.

É fundamental que a empresa ganhadora do certame providencie um tradutor de libras para participar de atividades com grande volume de participantes, cabendo o ônus das despesas à ganhadora do certame.

14.1 Equipe Contínua

Para a realização de todas as atividades do projeto, será necessário a contratação de equipe para o desenvolvimento das ações. A contratada deverá comprovar previamente a qualificação técnica da equipe por meio de currículos, certificados e experiências compatíveis com as atividades previstas, especialmente nas ações que demandem conhecimento especializado. Tais profissionais deverão ter as seguintes qualificações:

EQUIPE CONTÍNUA				
Profissional	Qtd	Carga Horária	Requisitos	Comprovação dos requisitos

Coordenador	01	44 horas semanais	Formação em nível superior em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais com experiência comprovada de no mínimo 3 anos em coordenação de trabalho social.	Diploma de Ensino Superior e Registro respectivo em Conselho de Classe com anuidade em dia, quando Registro no Conselho for obrigatório e comprovação da experiência profissional com apresentação de contratos anteriores ou registros na Carteira de Trabalho.
Auxiliar de Logística	01	44 horas semanais	Formação em ensino fundamental e experiência em eventos e atividades em área de especial interesse social.	Declaração de Conclusão do Ensino Fundamental emitido pela escola ou Secretaria de Educação e/ou Histórico Escolar.
Técnico Social	02	44 horas semanais	Formação em nível superior em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais com experiência comprovada de no mínimo 3 anos em trabalho técnico social em intervenções urbanísticas.	Diploma de Ensino Superior e Registro respectivo em Conselho com anuidade em dia, quando Registro no Conselho for obrigatório e comprovação da experiência profissional com apresentação de contratos anteriores ou registros na Carteira de Trabalho.
Mobilizador Social	06	44 horas semanais	Formação em nível médio e experiência em trabalho social comunitário ou como educador ou mobilizador ou agente de campo	Declaração de Conclusão do Ensino Fundamental emitido pela escola ou Secretaria de Educação e/ou Histórico Escolar.
Auxiliar de Escritório	01	44 horas semanais	Formação em nível médio, com experiência em trabalho administrativo.	Declaração de Conclusão do Ensino Fundamental emitido pela escola ou Secretaria de Educação e/ou Histórico Escolar.

Assessor de Comunicação	01	44 horas semanais	Profissional graduado em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas ou Publicidade e Propaganda, com experiência em planejamento de comunicação, habilidade em mídias sociais, criação de material de divulgação, captação e edição de imagem (foto e vídeo)	Portfólio.
Profissional de Planejamento Territorial	01	44 horas semanais	Graduação em Arquitetura, com experiência mínima de 02 anos no planejamento e implementação de políticas urbanas, habitacionais ou de desenvolvimento territorial.	Diploma de Ensino Superior e Registro respectivo em Conselho com anuidade em dia, quando Registro no Conselho for obrigatório e comprovação da experiência profissional com apresentação de contratos anteriores ou registros na Carteira de Trabalho.

14.1.1. Coordenador

Profissional de nível superior com formação em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou Ciências Sociais e com experiência comprovada em coordenação de projetos que envolvam desenvolvimento e participação comunitária em programas habitacionais e/ou de urbanização. Este profissional deverá ter perfil de gestão para solução imediata das demandas identificadas; deverá ter conhecimento sobre escrita técnica de projetos e relatórios de gestão, sobre a dinâmica dos programas/projetos no âmbito da habitação de interesse social e na elaboração de projetos e instrumentos de desenvolvimento social e de indicadores de gestão, além do acompanhamento e monitoramento de projetos na área social.

14.1.2 Auxiliar de Logística

Profissional de nível fundamental completo com experiência em suporte na organização estrutural de eventos, preferencialmente morador do território.

14.1.3. Técnico Social

Profissional de nível superior, com formação na área de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou Ciências Sociais, com registro no respectivo Conselho de Classe, expertise na área e

experiência comprovada em ações socioeducativas aplicadas a trabalho de habitação de interesse social. O técnico social será responsável pela execução das ações previstas no PTS, na condução de trabalhos com grupos diversos, atendimentos individuais e planejamento das ações, promovendo a elaboração de relatórios mensais, relatórios gerais, sintetizando o desenvolvimento dos resultados e produtos alcançados, além da realização de cadastros, avaliações, cronogramas, registros e demais práticas inerentes a tecnificação do trabalho social, contando com o suporte logístico e estrutural de responsabilidade da contratada, conforme cronograma físico financeiro.

14.1.4. Mobilizador Social

Profissional de nível médio responsável por acompanhar *in loco* os moradores, buscando identificar a dinâmica relacional entre usuários, seus locais de origem, atendendo às demandas da população. O trabalho desenvolvido por esta categoria tem o objetivo de mobilizar os moradores, participar de reuniões, assembleias, oficinas, plantão social e demais atividades previstas no escopo de ações. É função do Mobilizador Social registrar as atividades por imagens, controlar materiais e lista de presença, dentre outras, visando subsidiar o técnico social e o responsável técnico. O mobilizador participa do planejamento das ações, apoia na organização dos espaços utilizados para as ações (organização de lista de presença, filas, logística como: organização de mesas, cadeiras, lanche), garantindo a manutenção da ordem, além de executar outras tarefas correlatas ao cargo. Recomenda-se que o mobilizador seja, preferencialmente, uma liderança comunitária ou morador com boa articulação e capacidade de circulação no território.

14.1.5. Auxiliar de Escritório

A empresa deverá contratar profissional de nível médio devendo ter experiência com pacote office para ser responsável por executar as atividades administrativas, dentre elas a organização de materiais, digitação de relatórios, elaboração de planilhas, arquivamento de documentos, organização de agendas, contatos telefônicos, suporte logístico e operacional, dentre outros. O auxiliar administrativo deverá subsidiar as atividades burocráticas do trabalho técnico social.

14.1.6. Assessor de Comunicação

Profissional graduado em Graduação em Comunicação Social, Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda ou áreas afins. Domínio de redação institucional e jornalística (saber escrever bem para diferentes públicos); conhecimento em planejamento de comunicação — diagnóstico, público-alvo, cronograma e indicadores; habilidade em mídias sociais (criação de conteúdo, monitoramento e análise de métricas); noções de design gráfico

e ferramentas como Canva, Photoshop ou similares; conhecimento básico de assessoria de imprensa (release, clipping, contato com mídia); capacidade de gerenciar crises de imagem e produzir comunicação transparente. O profissional deverá atuar junto ao corpo técnico na socialização das informações pertinentes à obra e ao trabalho social e na criação de campanhas para divulgação das atividades e fortalecimento do território.

14.1.7. Profissional de Planejamento Territorial

A empresa deverá contratar arquiteto com experiência em implementação de políticas urbanas, habitacionais de interesse social e/ou desenvolvimento territorial. O profissional de planejamento territorial, integrante da equipe do Trabalho Social, deve ter entre as suas atribuições o acompanhamento da implementação do Plano de Ação Periferia Viva, sendo responsável por mediar a interlocução entre os participantes da intervenção na construção participativa de soluções de projeto, de suas alterações, e o acompanhamento da execução das obras. Também deverá acompanhar o trabalho social atendendo e fornecendo encaminhamentos e pareceres sobre as demandas relacionadas às questões de habitabilidade e mobilidade dos moradores. O profissional deverá possuir experiência em territórios de favelas focando no contexto de urbanismo social e projetos participativos em favelas e mapeamentos comunitários.

14.2. Profissionais Colaboradores

Além da equipe fixa de campo, o projeto demanda a atuação de profissionais de referência para acompanhamento das ações, bem como de serviços de terceiros, compondo um suporte operacional e de consultoria, a fim de que sejam atendidas as necessidades das atividades especificadas no cronograma físico-financeiro, bem como a articulação permanente entre a equipe técnica da contratante e a equipe técnica da empresa ganhadora do certame.

14.2.1. Responsável Técnico da Empresa

A contratada deverá dispor de um responsável técnico, com formação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou Ciências Sociais, com, no mínimo, três anos de experiência comprovada em planejamento ou execução de Trabalho Social, mobilização comunitária ou educação popular relacionadas a políticas habitacionais urbanas, de desenvolvimento territorial ou saneamento. Além de orientar a equipe, o RT da empresa deverá manter articulação permanente com o gestor do trabalho social da prefeitura e com os demais profissionais envolvidos. Este atuará como preposto e será o responsável pela realização das tratativas técnicas e administrativas pertinentes à execução do contrato.

14.2.2. Gestor do Trabalho Social da Prefeitura

A Prefeitura deverá dispor de servidor público formado em nível superior, preferencialmente em serviço social, psicologia, pedagogia ou ciências sociais com expertise na área, atuando como interlocutor com a empresa contratada, com o órgão financiador e com a equipe de campo, garantindo a assessoria necessária.

14.2.3. Consultores

Esse profissional deverá ser contratado para atuar nas ações de maior especificidade e que apresentem necessidade de se trabalhar temáticas específicas, devendo ter comprovação de experiência na área desejada e expertise na execução da atividade que se destina, sendo de sua responsabilidade os materiais e insumos a serem utilizados nas atividades.

15. IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS FÍSICOS NECESSÁRIOS

Para a execução do Trabalho Social faz-se necessário a disponibilização de diversos tipos de materiais, seja para implementação do Posto Territorial, local que funcionará como referência pro trabalho social, seja para utilização de material de comunicação, divulgação e de cunho pedagógico. Todo o material produzido deverá ter impressão colorida, em papel de qualidade, com identificação visual da prefeitura e do órgão financiador e terá o ateste do Responsável Técnica junto com a equipe de fiscalização, devendo seguir as diretrizes a seguir:

- Espaço físico adequado: local amplo, seguro e localizado em área de fácil acesso à comunidade, devendo incluir salas separadas para atendimento individual e em grupo e para armazenamento do material de trabalho, em conformidade com as legislações e normas, inclusive para prioridade na acessibilidade de pessoas com deficiência (rampas, banheiros adaptados);
- Mobiliário básico: mesas, cadeiras, armários e divisórias para garantir privacidade. Recursos de apoio como ventiladores, ar-condicionado, geladeira, microondas, cafeteira, bebedouro pára galão, quadro branco tipo lousa, kit de primeiros socorros.
- Essenciais de uso comum: notebook com acesso à internet e impressora, tablets e telefones celulares com chip para qualificar e otimizar as atividades do trabalho social, além de carro tipo sedan com combustível, disponível 24h.
- Uso pessoal: camisetas, coletes, equipamentos de proteção individual, crachás, bonés, garrafinha de água, protetor solar e capa de chuva.

- Materiais de comunicação: poderão ser folders, panfletos, boletins e/ou cartilhas com a função de viabilizar maior informação da população, devendo ter um tratamento no aspecto linguístico e visual de fácil compreensão.
- Materiais de consumo: galão de água, café, açúcar, adoçante, copo descartável, colher descartável, guardanapo, papel toalha, papel higiênico, desinfetante, sabonete líquido, álcool, detergente, esponja
- Audiovisuais: a confecção de fotos e vídeos permite observar, divulgar e registrar situações ocorridas em lugares e fatos diferentes que contribuem para a reflexão e aprendizado. Assim será necessário que a equipe tenha smartphone com acesso a dados. Para algumas ações a utilização de vídeos institucionais permitirá uma maior qualificação do trabalho.
- Documentação de sistematização do trabalho (relatórios, atas, listas, fichas de controles, etc.) permitem o registro cotidiano do trabalho desenvolvido e contribuem para a memória da intervenção, o monitoramento e avaliação do projeto. Dessa forma deverá ser disponibilizado pela empresa livro/caderno para registros, pranchetas, canetas e pilotos.

Para que as atividades possam ocorrer com êxito a empresa ganhadora do certame deverá seguir a aquisição dos insumos detalhados no cronograma físico financeiro, no qual consta a descrição das atividades e o detalhamento de todo material necessário. Cabe esclarecer que, como o território está sendo contemplado pelo Programa Periferia Viva, alguns recursos físicos já foram adquiridos para o trabalho social, como eletrodomésticos (geladeira, cafeteira, impressora, caixa de som, notebook, tablets), outros de uso comum como bebedouro, cesto de lixo, flip chart, etc, de forma que apenas entrarão no cronograma físico financeiro a relação detalhada dos recursos que precisarão ser obtidos.

Os atendimentos individuais e coletivos demandam a aquisição / locação de mesas e cadeiras, devendo estar em boas condições e condizentes para atender aos participantes previstos em cada ação com conforto e a oferta de Kit lanche e Kit de documentos com material de apoio para execução das atividades.

A contratada poderá articular o uso do espaço em instituições na própria comunidade ou fora dela, porém, após o término de cada ação, a contratada deverá devolver o espaço limpo e organizado, se responsabilizando por eventuais danos causados pelos seus colaboradores.

Registra-se que todos os materiais permanentes adquiridos deverão ser incorporados, após o fim das atividades deste PTS, ao acervo de bens da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A empresa ganhadora do certame deverá entregar com a devida documentação todo material adquirido.

16. LEITURA TÉCNICO-COMUNITÁRIA DA REALIDADE E VISÃO DE FUTURO

A Portaria 75/2025 trouxe um avanço sobre a forma de se produzir o diagnóstico de um território, uma vez que incorpora a voz e a experiência da população local, acrescentando aos dados oficiais e frios sobre o número e perfil das famílias, o real pensamento que as mesmas possuem sobre si e as condições de vida em suas comunidades.

A Maré recebe o Programa Periferia Viva, desde julho de 2025, o qual encontra-se em execução através do Acordo de Contribuição firmado entre o Município do Rio de Janeiro e a Onu-Habitat (Processo IFR-PRO-2025/00267). Desde então o Trabalho Social iniciou um processo de participação popular, consolidando o levantamento, mapeamento e a escuta das demandas e definições prioritárias, tanto na perspectiva das intervenções urbanísticas, como nas políticas públicas necessárias.

O IBGE divulgou recentemente os resultados para favelas e comunidades urbanas, estando o Complexo de Favelas da Maré citado com aproximadamente 125.000 moradores no total. Como o território possui vasta rede de instituições e investimentos acadêmicos atuando no monitoramento constante das famílias e das principais questões sociais vivenciadas, e como o Censo oficial de 2022 ainda não divulgou os dados populacionais desagregados e detalhados, o uso do Censo Populacional da Maré, realizado em 2019 pela ONG Redes da Maré em parceria com o Observatório de Favelas, oferece uma qualificação relevante sobre o diagnóstico socioeconômico das famílias, a saber:

Chefia do Lar: O percentual de mulheres como chefes de família na Maré superava a média nacional. Cerca de 52,7% das moradoras com mais de 15 anos se declararam como responsáveis pelo domicílio (seja de forma individual ou compartilhada). o que aponta para a necessidade de investimentos para o empoderamento feminino. **Cor e Raça:** A população era majoritariamente preta ou parda (77,4%). Este dado é fundamental para entender a dinâmica social e as demandas por políticas de igualdade no território. **Composição Etária:** É um território muito jovem. Mais de 51,9% da população estava com menos de 30 anos. A proporção de crianças e adolescentes (0-17 anos) era significativamente maior do que em bairros formais do Rio, o que pressiona a demanda por vagas em creches e escolas. **Renda Familiar:** A maioria das famílias sobrevivia com uma renda per capita média de R\$ 395,00.

No referido censo (2019), havia indícios de baixa renda com uma economia local que gerava 9.371 empregos em 3.182 comércios, mas muitos ainda eram classificados como informais. Uma pesquisa complementar sobre primeira infância na Maré (Redes da Maré:2020) mostrou que 32,8% das famílias com crianças pequenas tinham renda mensal de até 1 salário mínimo. Essa constatação reforça a importância do Eixo de Desenvolvimento Socioeconômico previsto para o Trabalho Social e todos os produtos e atividades que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias. **Escolaridade:** 37,6% completaram o ensino fundamental, apenas 18% dos moradores concluíram o ensino médio e somente 1% possui graduação completa. **Evasão Escolar:** Aproximadamente 19,7% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola. **Saneamento Básico:** 98,3% dos domicílios possuíam acesso à rede de água, mas com intermitência alta. Sobre o esgoto, embora a rede cubra a maioria das casas, o descarte final ainda ocorria em canais abertos em algumas áreas como a Baixa do Sapateiro e Marcílio Dias. **Segurança Alimentar e Filtros:** Um dado alarmante é que 17,4% dos domicílios (cerca de 8.300 casas) não possuíam filtro de água ou acesso a água mineral regular, o que impacta diretamente na saúde infantil (doenças gastrointestinais), fazendo com que os investimentos para melhoria dessa condição sejam fundamentais e prioritários. **Equipamentos de Saúde:** O IBGE aponta uma disparidade crítica: nas favelas brasileiras (incluindo a Maré), existem cerca de 18 estabelecimentos religiosos para cada 1 posto de saúde. **Pessoas com deficiência:** O IBGE identificou que a proporção de pessoas com deficiência física ou intelectual na Maré é elevada, sendo que 1/3 dos casos de deficiência intelectual foram adquiridos ao longo da vida, muitas vezes devido à falta de saneamento ou traumas por violência.

O desenvolvimento do Conjunto de Favelas da Maré é resultado de um processo histórico que mistura a ocupação natural de moradores com intervenções do Estado, pois desde a década de 60 até os anos 90, o governo transferiu diversas populações para conjuntos habitacionais na região, como a Nova Holanda e a Vila do João. Contudo, para que a região crescesse, os manguezais que existiam ali foram aterrados, dando lugar a uma área urbana densa, que acabou sendo "dividida" por grandes vias expressas, como a Linha Vermelha e a Linha Amarela, reforçando as diferenças entre as comunidades que compõem a Maré.

É possível observar que o padrão de moradia no Complexo da Maré é caracterizado por uma transição histórica de palafitas para edificações permanentes de alvenaria, sendo que hoje enfrenta um fenômeno intenso de verticalização e subdivisão domiciliar, pois devido à escassez de solo, as moradias cresceram verticalmente, além da fragmentação das casas para criação de quitinetes, seja para aluguel ou para aglutinar o aumento de membros da família. Independente da forma, a preocupação é a possibilidade de inadequação habitacional

e para tal o Programa de Aceleração do Crescimento prevê investimentos e normatizações para garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

O fato é que o crescimento da região foi impulsionado pelas indústrias da Zona Norte, que atraíram muitos trabalhadores em busca de moradia, sendo a geografia da região quase toda de aterramentos, de baixa altitude, com muito acúmulo de calor e dificuldade de escoamento de água. A degradação da Baía de Guanabara e o desmatamento do mangue nativo são os principais danos e todas essas questões ambientais contribuem para uma forte poluição sonora e do ar. Apesar de possuir uma rede formal de saneamento básico, a mesma é insuficiente, sendo comuns os vazamentos de esgoto a céu aberto e problemas crônicos no abastecimento de água em áreas mais densas. Além disso, a coleta de lixo apesar de existir com regularidade, também é insuficiente, pois em muitos bicos o lixo se acumula por dificuldade de acesso dos caminhões e algumas regiões se tornam verdadeiros lixões, sendo ponto de descarte dos moradores. Vale ressaltar que a alta densidade demográfica facilita a propagação de doenças respiratórias, como a tuberculose.

O território é marcado por grande adensamento urbano, com ruas estreitas, vielas e escadarias típicas de favelas, especialmente nas áreas de relevo irregular (como Morro do Timbau) e antigas regiões de palafitas aterradas. As vias principais são margeadas pela Avenida Brasil (limite oeste), Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brigadeiro Trompowski, que cortam ou limitam o complexo. As ruas principais e secundárias conectam as comunidades, mas são estreitas, com calçadas frequentemente ocupadas por construções, veículos estacionados irregularmente ou lixo, enquanto que as vielas e escadarias são comuns nas partes mais antigas e irregulares (favelas espontâneas), com pavimentação incompleta, problemas de drenagem, enchentes e obras inacabadas. De acordo com a pesquisa da Redes da Maré, 82,1% dos moradores relataram dificuldades na locomoção diária, sendo os principais problemas: urbanização precária das vias (40,4% — pavimentação, saneamento, enchentes), segurança pública (31,1%) e trânsito de veículos (16,1% — excesso de motos/carros em ruas estreitas).

O transporte interno é predominantemente informal devido às vias estreitas e à topografia. O externo depende de ônibus e BRT, sendo que 62,4% dos moradores entrevistados pela Redes, relataram que usavam transporte alternativo (vans/kombis ou moto-táxi) para se locomover dentro do território.

A Maré possui uma vocação produtiva potente e um mercado de trabalho bastante movimentado, pois o seu comércio local é extremamente forte e autônomo. A Maré possui uma economia interna que movimenta milhões, desde serviços de beleza até gastronomia e

oficinas. O grande contingente de trabalhadores está nos setores de serviços (limpeza, construção civil, varejo) e logística (devido à localização estratégica), sendo que existe demanda por cursos e qualificação profissional principalmente para jovens, como pode se observar nas associações e instituições locais.

O território é disputado por diferentes grupos armados e sofre com a violência letal decorrente de confrontos e operações, mas apesar de tudo isso, a Maré destaca-se como um exemplo vivo de potência comunitária e inovação social. Com numerosas associações, lideranças locais ativas e iniciativas de base, o território demonstra resiliência e capacidade de organização coletiva, transformando desafios históricos em oportunidades de desenvolvimento e protagonismo.

A realização de um levantamento dos atores e potências locais permitiu a identificação inicial de 95 iniciativas relevantes no território, sendo 35 projetos, 27 organizações, 4 pessoas físicas, 11 igrejas, 1 empresa, 4 influenciadores digitais, 4 atores governamentais e 9 associações de moradores. A pesquisa foi feita para conhecer os atores do território, entendendo que os mesmos são agentes locais envolvidos e que são base para os processos participativos. Já as potências são as iniciativas já estabelecidas e que possuem ações em prol do desenvolvimento da comunidade. Ambos foram avaliados considerando sua articulação com as redes colaborativas e sua capacidade de influenciar, de intervir em decisões estratégicas comunitárias e promover mudanças para redução das desigualdades.

Boa parte desse mapeamento indicou que os serviços ofertados são de caráter predominantemente assistencial, com foco na ajuda direta às famílias em situação de maior vulnerabilidade, o que traduz que as iniciativas buscam suprir a lacuna decorrente do desafio de acesso aos serviços públicos no território (reforço escolar, oficinas de leitura, cursos preparatórios, práticas esportivas e artes marciais, segurança alimentar, terapias integrativas, atendimentos socioassistenciais, dentre outros). Essas organizações são importantes na construção e fortalecimento das redes de apoio, fomentando o protagonismos dos moradores diante dos desafios comunitários, principalmente porque o mapeamento identificou que o público alvo das iniciativas é bastante amplo e diversificado, incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e população LGBTQIA+.

Com vistas a subsidiar a construção da Leitura Técnico Comunitária, além dos dados oficiais sobre os moradores e a rede existente na região, a equipe do Periferia Viva realizou um levantamento sobre a estrutura física do território, através da metodologia de Mapa Rápido Participativo. O MRP é um instrumento de diagnóstico de territórios que permite avaliar e monitorar as condições urbanas, produzindo conhecimento sobre esses espaços por meio do levantamento de dados e informações sobre temas urbanos que impactam diretamente a

qualidade de vida da população local, especialmente no que se refere à condição das infraestruturas.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, optou por incorporar o MRP ao Programa Periferia Viva como um instrumento estruturante da Leitura Técnico-comunitária, pois contribuiu para a integração entre diagnóstico territorial, participação social e planejamento urbano. As informações coletadas em 40 macroáreas delimitadas no território permitiram a elaboração de diversos mapas temáticos, ilustrando os diferentes graus de adequabilidade dentro do território e fornecendo um diagnóstico detalhado para subsidiar tomada de decisões, bem como proposição de novas possibilidades de atuação.

Em linhas gerais, o levantamento realizado entre Setembro e Outubro de 2025 gerou a produção de aproximadamente 400 mapas, setorizados por indicadores e pelas microáreas, sendo possível constatar que em índices gerais o conjunto de favelas da Maré possui rede e serviços urbanos relativamente disseminados, porém marcados por funcionamento de baixa qualidade. O MRP identificou que 10% das regiões mapeadas encontram-se em condições vulneráveis, 87,5% em condições intermediárias e apenas 2,5% apresentam condições consideradas adequadas. A distribuição indica que, embora haja diferenças internas relevantes entre territórios e microáreas, o quadro predominante na Maré é de infraestruturas que funcionam de maneira parcial, irregular ou com qualidade aquém do esperado para um padrão urbano consolidado.

Dando continuidade ao trabalho social de mobilização e participação comunitária e entendendo que os moradores precisam ser ouvidos em cada etapa do processo de construção do Plano de Ação do Programa Periferia Viva, foram realizadas, até o momento, 5 oficinas participativas com 153 lideranças, representatividades e atores sociais estratégicos do território, utilizando, de forma dinâmica e lúdica o material produzido pelo MRP, com vistas a escuta qualificada dos posicionamentos comunitários sobre os dados apurados:

- Oficina de Infraestrutura - Parque Linear com 29 crianças das EDIs do território
- Oficina de Infraestrutura - Praças e áreas públicas / Acessibilidade com 10 mães representantes de coletivos militantes dos direitos das pessoas com deficiência e neuro divergências
- Oficina de Infraestrutura - Realidade do território e possíveis intervenções com representantes dos territórios Conjunto Esperança e Vila do João com participação de 51 moradores
- Oficina de Infraestrutura - Realidade do território e possíveis intervenções com representantes dos territórios Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Morro do Timbau e Conjunto Bento Ribeiro Dantas com participação de 32 moradores

- Oficina de Infraestrutura - Realidade do território e possíveis intervenções com representantes dos territórios Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue e Conjunto Pinheiros com participação de 31 moradores

Ressaltamos que estão previstos para acontecer em Março de 2026 mais duas oficinas com o público LGBTQIA+ e Influencers do território para garantir o engajamento comunitário, a transparência do processo e a interseccionalidade, entendendo que a perspectiva de idade, gênero e diversidade é o mecanismo eficaz para dar voz a mulheres, idosos, pessoas negras, coletivos culturais e demais grupo representativos e estratégicos no processo de construção do Plano de Ação da comunidade da Maré.

Além das oficinas participativas, foram realizadas visitas institucionais e reuniões comunitárias importantes para validação, ajustes e aprofundamento do diagnóstico, assegurando maior aderência da leitura territorial às experiências vividas pela população, como reunião na sede da AMACE - Conjunto Esperança, visita à Colônia de Pescadores da Vila do Pinheiro, reunião na Fábrica de Escolas da Maré, reunião com lideranças da Salsa e Merengue, visita ao Parque Ecológico da Maré, reunião com Associação de Moradores da Nova Holanda, participação em Fórum temático sobre justiça climática na Areinha Cultural Hebert Viana, visita as ongs do território como Redes Maré, Observatório, Labmaré, dentre outras, além de encontros com instituições públicas do território como Colégios, espaços culturais, cozinha comunitária de esporte e de lazer, passando de 20 momentos de articulação, validação e ajuste de informações para permitir uma leitura Técnico - comunitária o mais participativa e democrática possível.

Ao longo de todo processo participativo alguns elementos temáticos emergiram de forma mais recorrente e convergente nas microáreas, como saneamento básico, gestão de resíduos sólidos, confiança e transparência na continuidade do diálogo entre poder público e comunidade, educação e segurança pública. Vale ressaltar que todas as demandas, apontamentos e posicionamentos apresentados foram repassados para equipe responsável pela elaboração dos projetos, a qual inclusive esteve presente em todas as oficinas garantindo maior aproximação e presença institucional, desconstruindo a histórica distância entre os saberes da engenharia e arquitetura e a sabedoria do senso comum.

Dentre os principais cenários apontados pelos moradores como prioritários para um futuro melhor na comunidade estão: melhorar a situação de alagamento de diversos pontos (obras do tronco coletor, drenagem e esgotamento estão sendo incorporadas pelo setor de projetos, além da parceria com as concessionárias responsáveis para intensificação de atividades na região); melhorar as áreas de lazer pois as praças estão deterioradas (além da criação do Parque Linear, diversos pontos da comunidade, onde existem pequenos espaços ociosos

serão transformados em áreas de convivência e as praças existentes deverão ser revitalizadas), ampliar a quantidade de vagas nas creches e escolas do ensino fundamental (demanda repassada para a Secretaria Municipal de Educação) e melhorar o sistema de coleta de lixo (o projeto prevê a criação do maior Ecoponto da cidade).

Como propostas para consolidação de espaços participativos, o Projeto Periferia Viva propõe um avanço não apenas no conjunto de obras que será realizada, mas na concretização de um processo estruturante de transformação urbana, no qual a escuta contínua e a cooperação com as organizações locais sejam condições centrais para alcançar impacto duradouro no território.

17. PLANEJAMENTO DO CONJUNTO DE AÇÕES E ATIVIDADES POR EIXOS TEMÁTICOS

A estruturação do trabalho a partir de eixos permite desenvolver ações com a finalidade de sensibilizar e organizar a população beneficiária, visando garantir o protagonismo familiar e comunitário, a sustentabilidade patrimonial e ambiental, e a inclusão produtiva no decorrer do processo. A execução do trabalho social deverá ser desenvolvida conforme as orientações previstas neste PTS, seguindo as normativas ministeriais e orientações do órgão financiador.

O escopo dos serviços, etapas, atividades e produtos estão sistematizados em fases e por eixos estruturantes, englobando todas as prerrogativas, diretrizes e demandas intrínsecas no processo de urbanização integrada com reassentamento de famílias, sendo que alguns eixos permanecem em todas as fases, enquanto que alguns são necessários em momentos específicos:

Fase Pré Intervenção	Fase Obra	Fase Pós Obra
- Monitoramento e avaliação; - Mobilização, Comunicação e Participação Social; - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde; - Desenvolvimento Socioeconômico; - Direitos Humanos, Cidadania e Cultura.	- Monitoramento e avaliação; - Mobilização, Comunicação e Participação Social; - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde; - Desenvolvimento Socioeconômico; - Direitos Humanos, Cidadania e Cultura;	- Monitoramento e avaliação; - Mobilização, Comunicação e Participação Social (acompanhamento no Plantão Social e Pesquisa de Impacto)

	- Sustentabilidade da Intervenção.	
--	------------------------------------	--

A etapa de trabalho denominada **Pré Intervenção** contempla um conjunto de ações e protocolos técnicos necessários para o mapeamento, conhecimento e diagnóstico do território e dos moradores, permitindo o estabelecimento de vínculos e a manutenção de um canal de comunicação eficaz e amplo, capaz de contribuir na mediação e interlocução das demandas apresentadas. O Programa Periferia Viva está atuando no território e fazendo o trabalho de elaboração do Plano de Ação, utilizando técnicas como o MRP (Mapa Rápido Participativo), além da execução de oficinas temáticas para engajar os moradores sobre os principais problemas mapeados, como o descarte do lixo, as condições de iluminação, água, esgoto, dentre outras.

A fase da **Obra** engloba um leque de atividades direcionadas para orientação e esclarecimentos sobre as etapas / intercorrências causadas pelas intervenções estruturais no território, além da promoção de ações de educação ambiental e patrimonial, não apenas para mitigar os efeitos colaterais naturais do período de obras, mas, inclusive, para conscientizar sobre os comportamentos positivos em relação ao uso e manutenção adequados das benfeitorias implantadas pela obra.

O período **Pós Obra** aponta a necessidade de viabilizar um acompanhamento com as famílias e a articulação intersetorial para garantir o atendimento das demandas que surgirem, além da aplicação de pesquisa diagnóstica sobre o impacto da obra na vida dos moradores e a sustentabilidade da intervenção. A previsão é que aconteça nos 3 meses subsequentes ao final da intervenção.

A fim de potencializar o trabalho social proposto neste PTS, os produtos que serão executados estão divididos e agrupados pelos eixos, em conformidade com suas características e etapas temporais do processo de intervenção, sendo eles:

- Mobilização, comunicação e participação Social;
- Sustentabilidade da intervenção;
- Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde;
- Desenvolvimento SocioEconômico.
- Direitos Humanos, Cidadania e Cultura

18. OBJETIVO

Viabilizar a participação das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho socioeducativo que favoreça a integração e organização comunitária, a educação ambiental e patrimonial, a gestão comunitária, a cidadania e a preservação e manutenção das obras realizadas.

18.1 Objetivos Específicos

- Implantar Posto Territorial local para estruturação e formação dos espaços de diálogo social e mediação;
- Viabilizar o processo permanente e constante de informação da população sobre o desenvolvimento do projeto físico, sensibilizando para o fortalecimento da integração e o melhor desenvolvimento do projeto, com vistas a garantir a sustentabilidade das intervenções;
- Fomentar e valorizar as potencialidades dos moradores/grupos atendidos;
- Promover parcerias para o atendimento das necessidades dos beneficiários e para o alcance das políticas sociais na área de intervenção, contribuindo para o maior acesso das famílias a serviços de saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social, dentre outras;
- Desenvolver ações socioeducativas e informativas de educação ambiental e de promoção da saúde, com vistas a melhoria das condições de vida dos moradores e familiares;
- Viabilizar reflexões sobre a garantia de direitos e respeito às diversidades e pluralidades;
- Ampliar o acesso dos moradores a práticas educativas e culturais pela cidade, melhorando o repertório e a visão de mundo e possibilidades futuras;
- Propor atividades de reflexão sobre os benefícios da sustentabilidade da intervenção, favorecendo a correta ocupação e manutenção dos espaços privados e comuns;
- Minimizar os impactos negativos no cotidiano da comunidade e maximizar os impactos positivos das intervenções;
- Articular parcerias com serviços públicos e privados para potencializar e aperfeiçoar o Trabalho Social.

19. JUSTIFICATIVA

Nos anos 2000, a Maré foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma iniciativa do governo federal voltada para melhorar a infraestrutura das áreas mais carentes do país. No âmbito do PAC, a Maré recebeu investimentos em habitação, pavimentação de

ruas, saneamento e instalação de redes de água e esgoto. Essas intervenções foram significativas, mas muitos projetos enfrentaram problemas de execução, como atrasos e cortes orçamentários, o que limitou o impacto das melhorias.

Embora o PAC tenha trazido avanços, questões estruturais como a violência e a falta de serviços públicos adequados continuaram a desafiar a comunidade. A urbanização na Maré é ainda marcada por uma série de intervenções incompletas e fragmentadas, que não foram suficientes para resolver as questões mais profundas de exclusão social.

Atualmente, o Complexo da Maré é um território de grande dinamismo econômico, cultural e social, abrigo de trabalhadores formais e informais, além de ser um centro de efervescência cultural, com várias iniciativas voltadas para educação, cultura e direitos humanos. As Organizações desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos da população, promovendo atividades comunitárias, acesso à educação, cultura e saúde.

Em 2023, o Governo Federal lançou o Programa Periferia Viva como parte do Novo PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Favelas e considerando a realidade e as constantes reivindicações das lideranças e movimentos sociais do território, o município do Rio de Janeiro realizou a captação de recursos via Programa, a fim de contemplar parte do Complexo da Maré. Para tal, foi firmado Termo de Compromisso nº 965997/2024 com o Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, contemplando tanto o processo de Urbanização, como a realização do Trabalho Social no território.

O Programa Periferia Viva, surge como uma evolução dessas iniciativas, com uma abordagem mais centrada nas necessidades atuais das periferias urbanas e, sobretudo, na participação ativa dos moradores no planejamento e execução das ações. Diferente de intervenções passadas, o Periferia Viva adota uma visão holística, reconhecendo que além da infraestrutura física, é crucial investir no capital humano, social e cultural dessas comunidades. A ideia é que os moradores não sejam apenas beneficiários, mas agentes centrais das transformações que ocorrem no território.

Além disso, o Periferia Viva reforça a necessidade de manter uma presença contínua e estruturada no território, promovendo políticas de educação, saúde, segurança e cultura que dialoguem diretamente com as necessidades e peculiaridades de cada comunidade. As ações focam especialmente no fortalecimento de atividades voltadas para grupos vulneráveis, como idosos, jovens e mulheres.

O legado de programas como o PAC, junto à nova abordagem do Periferia Viva, destaca a importância de um planejamento participativo que priorize soluções integradas, assegurando uma mudança estrutural e sustentável. O Programa busca articular políticas públicas e fortalecer iniciativas populares em territórios periféricos, a fim de buscar melhorias nas condições de vida, em especial os eixos do programa: a infraestrutura urbana, equipamentos sociais, fortalecimento social e comunitário, inovação, tecnologia e oportunidades.

Ao longo dos anos, a experiência nos mostra que, sem a inclusão e escuta ativa das comunidades locais, as intervenções urbanas não atingem seu potencial de transformação.

20. METODOLOGIA

Para a execução do PTS é de suma importância considerar os aspectos singulares da localidade a ser trabalhada com a finalidade de motivar a participação dos moradores da comunidade. Ao respeitar as particularidades do grupo social em questão, as estratégias traçadas são atingidas com mais assertividade, uma vez que as necessidades do grupo são expressadas de forma organizada, pautadas em interesses coletivos e assim atingindo interesses comuns.

Com o objetivo de alcançar a participação da comunidade e galgar as metas determinadas, é necessário que os moradores sejam estimulados através da mobilização social, que deve acontecer de forma integrada e contínua, com foco na conscientização por parte dos beneficiários sobre a importância de compreender a realidade em que vivem, seus direitos e deveres e as formas de melhorar a qualidade de vida.

A metodologia proposta está baseada na participação social através de instrumentos e técnicas que levem a um processo de reflexão, decisão e ação. Para tal, deverá ser sistematizado um plano de comunicação participativo, a partir do mapeamento das ações e instituições locais priorizando o esclarecimento das ações propostas. O Trabalho Social prevê o estabelecimento de vínculos com os moradores, o que contribuirá para a garantia de um relacionamento dialógico, transparente e de confiança ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho, não perdendo a primazia de que o território precisa ser o protagonista do processo.

Vale ressaltar que para a realização das ações poderão ser utilizados métodos, técnicas e recursos diversos para se atender aos objetivos dos eixos, como por exemplo: oficinas, debates, assembleias, seminários, reuniões ampliadas, dinâmicas de grupo, assim como desenhos, painéis, colagens, pinturas, diálogo dirigido, material audiovisual, visitas guiadas, orientação profissional etc.

As ações a serem desenvolvidas deverão ser relacionadas e apresentadas de modo a atender às etapas de planejamento, implantação e avaliação/monitoramento do PTS, conforme orientações da contratante, podendo ser reprogramadas em função das características da população e da absorção das necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias.

A metodologia adotada deverá garantir a flexibilidade e a articulação entre os objetivos, metas, ações e as características da população beneficiária, assim como promover a mobilização com os agentes públicos e/ou privados, visando à realização de trabalhos em conjunto capazes de atingir a população local e a continuidade das ações. Pretende-se trabalhar com a rede socioterritorial, incluindo parceiros e atores institucionais públicos e privados que atuam na comunidade a fim de que o trabalho executado tenha a robustez e efetividade junto aos moradores.

O marco metodológico do trabalho social deve ser sócio relacional e permeado de plasticidade, permitindo que os objetivos almejados possam ser alcançados, mediante adequação ao contexto territorial e as variantes apresentadas pelo mesmo, principalmente com as particularidades e peculiaridades da cidade do Rio de Janeiro.

Todo o processo de desenvolvimento do Trabalho Social deverá ser registrado, com emissão de relatórios descritivos bimensais (RATS - Relatório de Acompanhamento do Trabalho Social), com manifestação técnica, avaliações do período, registros fotográficos, instrumentos produzidos para mobilização e convocação, registros das atividades, informativos e todo material que permita acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades. Cabe registrar que os RATS ajudam na identificação de situações que demandem ajustes metodológicos, além de ser forma de comprovação das ações pelo município.

Deve-se considerar a necessidade de abordagem de conteúdos transversais que estão diretamente relacionados com os objetivos deste PTS, o alcance de todos moradores na perspectiva da interseccionalidade e a realidade vivida entre as famílias, além de viabilizar a mobilização de todos os atores institucionais necessários para alcance dos objetivos do projeto.

Um ponto que merece destaque é que um projeto de engenharia pode sofrer alguma alteração em seu escopo inicial o que poderá demandar adequações ou reprogramações no cronograma do trabalho social, sendo imprescindível que tais mudanças sejam realizadas em consonância ao previsto nas normativas federais e municipais, coadunadas com as normas contratuais e com a anuência do Órgão Financiador. É possível que condições climáticas desfavoráveis e problemas locais que possam inviabilizar o acesso das equipes e/ou a execução das ações também demandem a necessidade de replanejamento do cronograma, da metodologia e das atividades, devendo ser sempre realizadas em concordância com a equipe de fiscalização do contrato e o ente investidor.

Ressalta-se que o trabalho social é dialético e as atividades, produtos e práticas, mesmo apresentadas e agrupadas por eixos, para fins de sistematização, estão interligadas entre si e correlacionadas na prática e no cotidiano, pois o cerne do trabalho social é viabilizar a integralidade dos direitos sociais das famílias.

21. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

A estrutura dos serviços, etapas e produtos do Projeto de Trabalho Social encontra-se estruturada por eixos temáticos, em conformidade com as diretrizes ministeriais, sendo que todas as ações previstas neste Termo de Referência estão diretamente vinculadas ao diagnóstico socioterritorial previamente realizado, garantindo aderência às demandas reais da população beneficiária, sendo vedada a execução de atividades desconectadas das necessidades identificadas.

Em todas as atividades realizadas serão aplicados instrumentos de avaliação junto aos usuários, devendo os mesmos serem previamente apresentados à contratante para ateste e de acordo. Da mesma forma, o material de comunicação, divulgação e mobilização para participação das atividades também deverá ser elaborado pela contratada, considerando as especificidades de cada momento/atividade, priorizando a integração visual e a ampliação da acessibilidade dos diversos grupos que participarão do trabalho social, cabendo aprovação prévia da contratante.

Cabe ressaltar que as atividades vão ser apresentadas metodologicamente, incluindo os atores que deverão estar envolvidos em todo processo, sendo que para ajustes e adequações na estruturação do cronograma físico financeiro, cada atividade terá um ou mais profissionais

que irão capitanear a atividade, assumindo o lugar de ponto focal.

As diretrizes de monitoramento das atividades desenvolvidas pelo Trabalho Social estão previstas na Portaria MCID 75/2025 e em demais literaturas que abordam o trabalho social em áreas vulneráveis, de forma que a avaliação do trabalho deverá ocorrer durante todo o seu processo de execução, considerando sempre a visão dos moradores, seus grupos representativos e atores envolvidos.

Para cada atividade proposta estão sendo estabelecidas metas e diretrizes a serem alcançadas, devendo contemplar indicadores de processo e resultado, capazes de mensurar a eficácia, eficiência, efetividade e impacto das ações. Os indicadores de monitoramento para aferição dos produtos seguirão as diretrizes previstas em cada atividade descrita neste documento, incluindo os documentos comprobatórios das mesmas, assim como devem seguir parâmetros de qualidade nos itens: Material e Equipamentos; Pessoal; Instalações; Cronograma Físico; Qualidade dos serviços e materiais e atendimento à fiscalização.

Indicadores são parâmetros qualificados e/ou quantificados que ajudam a mensurar se os objetivos de um projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica. Um indicador não traduz necessariamente a realidade, mas indica e sinaliza aspectos desta realidade de uma forma observável e mensurável. Entretanto, o monitoramento de projetos sociais demanda maior complexidade na sua métrica, pois o contexto social é permeado de muitos fatores e sujeitos intervindo e moldando as relações e processos em constante movimento, sendo eles:

Indicadores de Processo		
Tipo	Meios de Verificação	Objetivos
Eficiência	Boa utilização do recurso, cumprimento do cronograma, qualidade do material utilizado	Relação entre atividade planejada x executada Relação entre custo x pessoas atingidas
Eficácia	Resultados esperados e alcançados junto aos moradores	Percentual de participação e adesão; grau de satisfação dos moradores nas atividades
Indicadores de Resultado		
Tipo	Meios de Verificação	Objetivos
Efetividade	Objetivos incorporados à coletividade	Relação entre comportamentos dos moradores antes e depois do trabalho social
Impacto	Resultado do trabalho no entorno	Mapeamento na mudanças relacionadas às demais políticas e instituições da região

Para que o acompanhamento das atividades possa acontecer de forma sistemática, serão adotados alguns instrumentos que devem ser utilizados em campo, os quais auxiliarão na execução e na elaboração dos relatórios mensais, que serão analisados pela Responsável Técnica e equipe de fiscalização a ser designada pela gestão da Prefeitura: livro de ocorrência, fichas de atendimento, cadastros sociais, listas de presença, registros fotográficos, planilha de monitoramento de todos atendimentos realizados com status, dentre outros.

A avaliação do trabalho deverá ocorrer durante todo o seu processo de execução, considerando sempre a visão da comunidade, bem como seus grupos representativos e atores envolvidos, de forma que cada ação deverá contar com instrumentos de avaliação que podem ser individuais e/ou coletivos. Os participantes da ação deverão assinar o termo de autorização do uso de imagem e responder a uma breve pesquisa de avaliação da atividade. O instrumento de pesquisa será elaborado pela equipe social que deverá compilar os resultados e inserir a análise dos mesmos no RATS sempre contemplando o olhar através da lente interseccional.

As atividades descritas neste Termo de Referência apresentam detalhamento metodológico estruturado, incluindo objetivos específicos, etapas de execução, carga horária, público-alvo,

instrumentos utilizados e resultados esperados. A contratada deverá assegurar a execução conforme esse padrão, vedando-se abordagens genéricas ou não passíveis de verificação objetiva. A comprovação da execução das atividades deverá observar, no mínimo, a apresentação de listas de presença assinadas, registros fotográficos, relatórios técnicos detalhados, materiais produzidos e instrumentos de avaliação aplicados. A ausência de evidências suficientes poderá ensejar glosa parcial ou total dos valores correspondentes. Cada produto apresenta definição clara de escopo, incluindo conteúdo mínimo, metodologia aplicada, público atendido, carga horária executada e resultados esperados, devendo permitir a verificação objetiva de sua execução. Não serão aceitas entregas superficiais ou sem comprovação adequada

EIXO A – MOBILIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: Essa frente de trabalho trata de processos de informação, mobilização, organização da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação durante todas as etapas do Trabalho Social. Este eixo tem como pressuposto fomentar a participação mais ativa dos moradores e a promoção da inclusão social dos mesmos através de informações claras, objetivas e atualizadas quanto às intervenções urbanísticas e sociais que ocorrerão na comunidade. Pressupõe também o fomento à autonomia de atuação para minimizar as vulnerabilidades causadas pela falta de informação e criar, de forma permanente, um canal de comunicação entre a equipe social e a comunidade, abarcando os seguintes produtos:

PRODUTO 1 - APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADO DE URBANIZAÇÃO: Esta ação tem o objetivo de socializar com as lideranças comunitárias, parceiros institucionais e moradores da comunidade informações sobre o projeto integrado da intervenção no território e as ações do Trabalho Social, ressaltando a importância da participação no desenvolvimento das atividades.

Quantidade de atividades:	1 Reunião
Carga horária:	40 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	200 moradores
Período de realização:	Mês 2

Diretrizes: Deverá ser uma reunião ampliada com pessoas estratégicas para que o desenvolvimento do Trabalho Social possa atingir seus objetivos. Nesta reunião será apresentado, inclusive por escrito, o planejamento das ações e sua forma de execução, devendo ser um canal de sensibilização dos presentes para o auxílio na mobilização dos moradores e na adesão às atividades. Além da explanação sobre a intervenção, as equipes técnicas deverão estar presentes para serem apresentadas aos moradores. Também será um espaço de escuta dos moradores para possíveis adequações da proposta de forma que o projeto demonstre/acesse a real necessidade dos moradores do território. Sugere-se que a reunião aconteça preferencialmente em um sábado para garantir a maior adesão possível e que o corpo técnico social, jurídico e da engenharia estejam presentes. “O PTS está chegando para transformar nossa comunidade juntos!” Apesar de sua execução estar prevista para acontecer no segundo mês, esta atividade demandará preparo, planejamento metodológico, organização logística e estruturação tática para sua realização ainda no primeiro Mês do PTS, devendo envolver toda equipe técnica para que a reunião alcance o êxito almejado. É fundamental que seja realizada uma avaliação do encontro e sugere-se que o instrumento verifique em uma escala de 0 a 10 o apoio dos moradores com a execução do projeto urbanístico apresentado.

Recursos: Espaço no território (a ser definido posteriormente), tenda 10 x 10, água, locação de painel em estrutura de metalon e Backdrop em lona impressa 4/0 cores no tamanho de 3x2m, praticável com 20 cm de altura, com rampa lateral de acesso, com tamanho de 4x2,5m. material de comunicação para divulgação nas comunidades em redes sociais e mobilização porta a porta, contemplando a obra e o trabalho social, mesas para recepção dos participantes, cadeiras, serviço de sonorização com operador.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença.

Atores Envolvidos: Coordenador, técnico social, assessor de comunicação, profissional de planejamento territorial, mobilizador social, equipe de obras, lideranças locais, moradores e representantes da Prefeitura.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 2 - ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DO POSTO TERRITORIAL: A definição e concretização da equipe e do espaço físico destinado ao trabalho social é fundamental para

garantir todas as diretrizes e prerrogativas definidas pela Portaria MCID 75/2025 e pelas normativas que regulam as práticas dos profissionais envolvidos neste projeto.

Quantidade de Atividades:	24
Carga Horária:	44 horas semanais
Meta:	Aquisição de 100% dos insumos necessários e recursos humanos contratados
Período de realização:	Todos os meses

Diretrizes: o Posto Territorial precisa ser um espaço de proximidade e confiança. Para garantir um atendimento qualificado e acolhedor, o posto deve ser mais do que apenas um escritório; ele precisa ser um ponto de referência para a comunidade. Para tal, deve ser implementado em local de fácil acesso, identificado com placas e equipado com material permanente para uso da equipe. O Posto deve funcionar como um articulador ativo, um espaço onde a equipe pode mapear e se conectar com as lideranças comunitárias, associações de moradores, escolas, postos de saúde e demais serviços já existentes no território. Ele precisa garantir o acolhimento e atendimento multidisciplinar e para isso tem que ter espaços capazes de promover escuta qualificada, seja individual ou coletiva. Para que o posto seja realmente um espaço qualificado e acessível, é preciso ir além do básico, pois acessibilidade é um direito, não um favor. O espaço físico deve seguir as normas da ABNT NBR 9050 para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam utilizar todas as instalações com autonomia e segurança, incluindo rampas de acesso com inclinação adequada, piso tátil para pessoas com deficiência visual e sinalização clara, portas com largura mínima de 80 cm e corredores amplos que permitam a circulação de cadeiras de rodas, além de oferecer, pelo menos, um banheiro acessível, com barras de apoio, espaço para manobra de cadeiras de rodas e louças sanitárias apropriadas. O Posto Territorial também deve disponibilizar recursos de comunicação, como intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) ou materiais em Braille, quando necessário. Os profissionais listados no Ítem 14 deste Termo de Referência serão contratados pela ganhadora do certame e deverão atuar no território, tendo como base de trabalho e de referência o Posto Territorial. O espaço do Posto Territorial também poderá servir de palco para os treinamentos, reuniões de nivelamento, estudos de caso, capacitações de demais encontros profissionais importantes para ampliar e qualificar ainda mais o trabalho social. Importante destacar que, para fins metodológicos, os profissionais Coordenador, Assessor de Comunicação, Auxiliar de Logística, Auxiliar Administrativo, Mobilizador Social e Motorista estarão alocados no desembolso do cronograma físico financeiro no ítem denominado Posto Territorial, mas

atuarão em todas as atividades propostas no presente Projeto do Trabalho Social, integrados aos demais membros da equipe social. O profissional de Planejamento Territorial também estará alocado nesta atividade e sua atuação vai acontecer em todos os momentos da intervenção urbanística, uma vez que ele é o responsável pelo acompanhamento da implementação do Plano de Ação; sendo fundamental para que as ações implementadas tenham conexão às necessidades do território. Ele é o responsável por mediar a interlocução entre os participantes da intervenção, atuando na construção participativa de soluções de projeto, de suas alterações e o acompanhamento da execução das obras. Esta categoria profissional vai acompanhar o cronograma de intervenção, vistoriando os locais das obras, se aproximando dos moradores e de suas demandas, monitorando as atividades e demandas da CAO, com vistas a garantir que o desenho técnico da intervenção se alinhe e se adapte continuamente à realidade social e às necessidades pactuadas do território.

Recursos: para a implantação do Posto Territorial se faz necessário a aquisição de materiais de uso permanente, uso individual e uso coletivo, estando todos eles listados no item 15 deste TR e detalhados em categorias no cronograma físico-financeiro. Cabe registrar que para fins de funcionalidade e de efetividade das atividades, os valores destinados a aquisição dos recursos materiais serão distribuídos por métrica semelhante nos 24 meses de execução.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): Material fotográfico demonstrando as estruturas internas e externas do Posto Territorial, as placas de identificação com as logos orientadas e atestadas pelos Fiscais do Contrato, o material permanente e de uso pessoal adquirido.

Atores Envolvidos: Coordenador, profissional de planejamento territorial, assessor de comunicação, mobilizador social, auxiliar de logística, auxiliar administrativo, técnico social, motorista e equipe da prefeitura.

Ponto focal: Coordenador, profissional de planejamento territorial, assessor de comunicação, mobilizador social, auxiliar de logística, auxiliar de escritório e motorista.

PRODUTO 3 - PLANTÃO SOCIAL. Espaço de diálogo com os moradores, articulação com as instituições locais e equipe de obras, além das tratativas e organizações das atividades. É no plantão que se realizam os atendimentos, orientações, visitas domiciliares, encaminhamentos das diversas situações que se apresentam, tanto do cotidiano familiar, como as relacionadas ao convívio comunitário.

Quantidade de atividades:	5 plantões semanais
Carga horária:	30 horas semanais
Meta:	100% de acolhimento de demandas apresentadas
Período de realização:	Mês 1 ao 22 mês

Diretrizes: O plantão social é uma ferramenta importante de trabalho, que permite o acolhimento, o fornecimento de orientações, a condução de possíveis encaminhamentos a rede socioassistencial, além do estabelecimento de diálogos com os envolvidos para definição das melhores tratativas e soluções viáveis. É através do plantão que a teia de cooperação socioterritorial será estabelecida e fortalecida, seja através da articulação da rede local, das visitas institucionais, da participação da equipe técnica nos encontros e eventos promovidos pelos grupos representativos locais e/ou pelo fortalecimento da rede de stakeholders mapeada no Plano de Ação Periferia Viva. O Plantão Social é responsável por viabilizar atendimentos individuais, coletivos e, quando necessários, domiciliares. As visitas domiciliares constituem uma atividade de interlocução com o morador, objetivando orientar, mobilizar, verificar problemas e propor soluções, não sendo ferramenta obrigatória, mas alternativa técnica para encaminhamento de alguns casos específicos. O trabalho social no plantão também viabiliza reuniões para monitorar as atividades em andamento e manter as comissões informadas sobre as intervenções, além de promover encontros institucionais e acompanhamento das ações e resultados. É imprescindível que a equipe social estabeleça encontros de supervisão, as quais poderão contar com a participação de profissionais das frentes de obra para tratar do projeto integrado e do acompanhamento do trabalho. A equipe do Plantão Social tem a atribuição de referenciar as famílias para cadastro/atualização no Cadastro Único do Governo Federal, além de participar de eventos e encontros de interesse social, bem como de manter as informações obtidas nos atendimentos e em todas as atividades realizadas devidamente sistematizadas, documentadas e avaliadas. É através do plantão que os vínculos são estabelecidos entre a equipe e os moradores, as mediações com os profissionais da obra e as lideranças são fortalecidos, os planejamentos são concretizados e a avaliação da qualidade do serviço ganha robustez e funcionalidade, pois o plantão é a célula viva do trabalho social e para tal, precisa ser oferecido com periodicidade diária e respeitando a carga horária trabalhista. Sugere-se que aconteça de segunda a sexta-feira das 10 às 16h, sendo importante validar com os moradores o melhor e mais adequado horário de atendimento técnico, considerando as demandas do território e as particularidades e etapas da obra. O plantão social pode acontecer por modalidades distintas e operacionalizado por

várias técnicas de atendimento, inclusive virtuais, sendo que todas as formas de atendimento do plantão deverão ser qualificadas e registradas em instrumento próprio, dentre elas:

- **Posto territorial:** quando o atendimento é presencial e realiza-se no espaço destinado para seu funcionamento, devendo o espaço ser equipado com materiais e insumos necessários à realização do Trabalho Social, conforme detalhamento no cronograma físico-financeiro.
- **Plantão itinerante:** realizado durante caminhadas na comunidade com o propósito de promover busca ativa de demandas. A abordagem é direta, podendo ser dirigida a um morador ou pequeno grupo.
- **Plantão em atividade:** atendimento ocorre geralmente no início ou final das atividades coletivas ou ainda durante as mobilizações ou visitas externas. Muitas vezes, agenda-se um atendimento mais pormenorizado no Posto Territorial para prosseguimento dos encaminhamentos e acompanhamento social.
- **Plantão à distância:** Pode ser feito por diversos acessos virtuais, a depender dos moradores. Será disponibilizado para isso *whatsapp* e demais acessos e grupos remotos capazes de gerar meios de comunicação com os moradores.

Outras atividades poderão ser desenvolvidas pelo Plantão Social desde que estejam em consonância com as ações do Trabalho Social, como: a formação e/ou fortalecimento de grupos representativos locais, reuniões com pequenos grupos de beneficiários, reuniões e articulações com parceiros institucionais, liderança local, etc, sendo que todas as ações deverão seguir os padrões de acessibilidade e mobilidade para que viabilize o atendimento de idosos e/ou pessoas com deficiência. Se necessário, a equipe técnica poderá acionar os pontos focais das demais políticas públicas, caso a demanda seja de responsabilidade do poder público.

Recursos: material de comunicação, além de todos os itens necessários que estão detalhados em categorias no cronograma físico-financeiro e mensurados no produto gestão do Posto Territorial.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): planilha de atendimento com fluxo das demandas incluindo datas, controle de status, encaminhamentos e resultados, material fotográfico (atendimentos individuais/grupos e reuniões) e materiais de apoio utilizados.

Atores Envolvidos: Coordenador, técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação, profissional de planejamento territorial, auxiliar administrativo, auxiliar de logística.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 4 - EXECUÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CAC). Objetivo é desenvolver uma comunicação efetiva que engaje os moradores de forma ativa, promovendo diálogo, transparência e participação nas ações do projeto, como as etapas pré-obra, durante a obra e pós-obra.

Quantidade de atividades:	01 reunião mensal
Carga horária:	16 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	10 moradores
Período de realização:	Mês 1 ao 24 mês

Diretrizes: a execução de um plano de comunicação social participativo deve estabelecer canais de transparência claros e acessíveis, no qual moradores, gestores, profissionais, financiadores e representações significativas locais possam estar engajados e contribuindo na sua co-gestão. O Plano de Comunicação para o Programa de Aceleração do Crescimento PAC-Maré já foi desenvolvido através do Periferia Viva e encontra-se na plataforma Transferegov. O Plano deve prever todas as etapas do PTS, ou seja, entender que as ações de comunicação vão navegar entre as fases de pré-intervenção, de obra e do pós-obra, devendo sempre informar a comunidade sobre o progresso do projeto, os prazos e benefícios esperados, além de criar espaços de diálogo para ouvir demandas, dúvidas e sugestões. A comunicação deve ter como objetivo propiciar o engajamento dos moradores como protagonistas das ações, incentivando a participação em todas as atividades oferecidas ao longo do PTS. A efetividade do plano tem que ser pensada e garantida de forma inclusiva, considerando as particularidades culturais, sociais e econômicas dos moradores e contribuir para a redução de conflitos e resistências, devendo usar linguagem diversificada, acessível e inclusiva com ilustrações e imagens representativas de todos os segmentos, sempre na ótica interseccional. Para tal se faz necessário a definição de uma Comissão de Apoio a Comunicação (CAC), que deverá contar com 10 moradores locais com perfil de liderança, comunicativos e de boa abertura comunitária, preferencialmente intergeracional e interseccional, permitindo que todas as idades e perfis ético-raciais e de gênero possam participar. A CAC pode contar também, se o coletivo achar necessário, com a participação de parceiros institucionais locais e estratégicos e deverá definir os melhores canais de comunicação, considerando os níveis de alfabetização que o diagnóstico apresentou, o

acesso às tecnologias, as preferências culturais, dentre outros elementos importantes. Sugere-se que a CAC se reúna, preferencialmente uma vez por mês e no Posto Territorial, para alinhar o andamento do trabalho social, as interfaces no território e as estratégias de atuação, podendo organizar parcerias com as escolas e coletivos culturais locais. Os membros da CAC deverão ser convidados a participar de todas as atividades oferecidas pelo trabalho social, a fim de que possam acompanhar, contribuir e vivenciar a governança do projeto de trabalho social. O ideal é que os canais de comunicação a serem utilizados pelo Plano possam ser diversificados, considerando a priorização de posturas inclusivas, como encontros ou reuniões comunitárias ou até mesmo eventos de confraternização como lanches coletivos ou churrascos, mas também a organização de caixas de sugestões e murais informativos instalados em pontos estratégicos com material colorido de linguagem simples e adequada, além da distribuição de cartilhas, folders e jornais confeccionados pela própria comunidade, boletim informativo “Voz da Maré”. A utilização de mídias digitais (grupos de mensagem, perfil em redes sociais, etc.) se intensificou desde o contexto pandêmico e nos dias de hoje é, sem dúvida, a forma mais rápida e acessível de divulgação de informações e notícias, contudo, algumas áreas ainda possuem rádios comunitárias e/ou outros meios tradicionais de comunicação.

Recursos: material de comunicação, água, kit lanche 1, Kit brinde com bonés personalizados e pílulas motivacionais temáticas.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): plano de comunicação elaborado, listas de presença, material fotográfico, modelos de comunicação elaborados e utilizados.

Atores Envolvidos: Coordenador, técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação e representantes da CAC.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 5 - FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS (CAO). Tem como proposta identificar as lideranças comunitárias que tenham interesse de fazer parte de uma comissão que tem como objetivo informar e atender a população no que diz respeito às ações realizadas pelo trabalho social e intervenções físicas realizadas no processo de obras, servindo de apoio entre a comunidade e equipe de trabalho.

Quantidade de atividades:	01 encontro mensal
Carga horária:	16 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	20 moradores
Período de realização:	Mês 2 ao 24 mês

Diretrizes: Serão realizados encontros com os moradores potencialmente com perfil de liderança e multiplicação para inicialmente informar as atribuições da CAO, definindo os critérios de elegibilidade e eleição dos seus membros. Posteriormente, os encontros mensais servirão como espaços de debate sobre o processo da obra, do reassentamento, assim como temas transversais e relevantes e de interesse coletivo, que porventura surgirem como direitos humanos, deveres sociais e coletivos, cidadania, dentre outros. A proposta do trabalho da CAO inclui o acompanhamento das ações que serão desenvolvidas pela equipe do Plantão Social, permitindo a participação comunitária. A escolha de usuários que sejam representativos da comunidade e/ou lideranças facilita a compreensão da realidade social, dando maior visibilidade e transparência às atividades, podendo variar de 10 a 20 moradores, dependendo das particularidades do território, principalmente no quesito condições de circulação dos membros da CAO. A comunidade pode apontar se prefere que os representantes sejam definidos por rua, por quadra, por segmento da comunidade, ou de outra forma, além de estabelecer a necessidade ou priorização das frentes de trabalho, apontando a melhor metodologia (comitês temáticos, grupos associativos, reuniões informativas, rodas de conversa, assembleias, dentre outras). A periodicidade dos encontros da CAO deverá ser, no mínimo, mensal, permitindo que o Trabalho possa manter atualizado e instrumentalizado os moradores sobre as diversas etapas e andamento da obra, dirimindo dúvidas, conflitos e garantindo maior adesão, participação e engajamento dos moradores no processo. Os membros da CAO serão orientados sobre a importância de utilizar a Comissão de Apoio a Comunicação (CAC) para mobilizar os moradores, divulgar as frentes de trabalho, viabilizar o acesso e a socialização das informações. Os membros da CAO deverão ser convidados a participar de todas as atividades oferecidas pelo trabalho social, a fim de que possam acompanhar, contribuir e vivenciar a governança do projeto de trabalho social. A equipe social deverá proporcionar aos membros da CAO encontros de treinamento, sensibilização e fortalecimento sobre os aspectos e nuances do trabalho de mobilização, organização e articulação social, contribuindo para uma maior qualificação e fortalecimento de vínculos comunitários. A proposta é que no final das obras os membros do CAO possam estar instrumentalizados para dar continuidade ao acompanhamento do território criando o

Comitê Ambiental Comunitário, levando o tema de preservação e sustentabilidade do meio ambiente para as discussões permanentes da comunidade. No primeiro mês do Projeto, o assessor de comunicação e o profissional de planejamento territorial deverão atuar na organização e planejamento de toda logística, insumos e metodologia necessária para o bom desenvolvimento da CAO.

Recursos: material de comunicação, água, Kit lanche 1 e kit brinde com bonés personalizados.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença, atas das reuniões e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Coordenador, técnico social, profissional de planejamento territorial, assessor de comunicação, mobilizador social, representantes da CAO.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 6 - DESENVOLVIMENTO DO COMITÊ DE CRIANÇAS DA MARÉ. Por serem sujeitos de direitos e seres em processo de desenvolvimento, o trabalho com crianças permitirá um espaço de escuta, fala e engajamento infantil.

Quantidade de atividades:	01 encontro mensal
Carga horária:	12 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	12 crianças
Período de realização:	Mês 2 ao 24 mês

Diretrizes: A perspectiva é que o Comitê de Crianças da Maré seja implementado durante o trabalho do Programa Periferia Viva, quando 12 crianças de 6 a 13 anos serão selecionadas através de processo participativo que contempla a Mobilização comunitária para engajamento das famílias e das crianças interessadas, seguindo as etapas de inscrições e sorteio público capazes de garantir transparência e inclusão no processo. O Comitê tem o objetivo de assegurar a participação direta de crianças do território da Maré nas decisões e no acompanhamento das obras e intervenções, fortalecendo seu pertencimento e protagonismo na construção de uma cidade mais justa, inclusiva e amiga das crianças. O Comitê solidifica um espaço institucionalizado de escuta ativa para crianças, promovendo processos

pedagógicos de leitura do território sob a perspectiva infantil e consequentemente a sensibilização de gestores públicos e técnicos para incorporar a visão das crianças nas políticas urbanas. A proposta é que os membros do comitê possam ser constituídos de forma paritária, devendo ser metade das vagas para meninas e a outra metade para meninos, além de ter a adesão de crianças portadoras de deficiência, negras e com diversidade religiosa. O Comitê será acompanhado pela equipe de Trabalho Social e os encontros deverão acontecer uma vez por mês, com a participação de consultor com experiência com crianças e contando com a parceria das organizações locais. As atividades serão realizadas em formato de oficinas, saídas de campo, mapas afetivos, passeios e todas as ferramentas e instrumentais lúdicos e jocosos, capazes de gerar o engajamento necessário para esse público, contemplando temas importantes como saneamento, água, mobilidade, áreas de lazer, dentre outros. O Comitê além de trazer a Inclusão efetiva da voz das crianças no planejamento urbano local, também contribuirá para o fortalecimento do vínculo comunitário e da autoestima infantil e para a criação de uma referência inovadora de participação infantil em políticas públicas urbanas no Brasil. Todo material produzido pelas crianças do comitê deverá ser exposto em diversos formatos, podendo ser vídeos ilustrativos divulgados nas redes sociais, materiais de comunicação e sensibilização, e materiais pedagógicos. O profissional Assessor de Comunicação deverá organizar no mês anterior toda logística, insumos e meios necessários para que o trabalho do comitê das crianças alcance seus objetivos com êxito.

Recursos: material de comunicação água, Kit lanche 2. Os brindes serão diversos, dependendo da temática do encontro, devendo seguir linha lúdica. Sugestões: kit brinde Pipa Educativa “Céu da Comunidade”, que além de ser um, brinde lúdico e muito usado nas favelas, também representa a liberdade, a criatividade e a ocupação positiva de espaços urbanos. As pipas educativas devem ter palavras motivacionais e coloridas. kit brinde pulseira ecológica temática, que deve ser feita com tecido reciclado, fecho ajustável, colorida. Kit brinde guache e tela criativa para que as crianças possam expressar suas visões do território e desejos. Kit brinde papel semente que pode tornar a atividade mais lúdica, pois por ser dobrável, pode funcionar como um chapéu para que as crianças e adolescente usem e no final possam levar para casa e plantar em seus domicílios, fortalecendo a ideia de crescimento e renovação urbana.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Coordenador, mobilizador social, técnico social, assessor de comunicação e consultor especializado em atividades pedagógicas com crianças.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado no trabalho com crianças em processo de desenvolvimento social e moradoras de áreas conflagradas.

EIXO B- EIXO SUSTENTABILIDADE DA INTERVENÇÃO: Conforme normativa este eixo tem como objetivo favorecer a gestão da intervenção pela comunidade beneficiária, fomentando a integração de políticas públicas e promovendo a mudança de atitude dos moradores em relação ao patrimônio e a manutenção das obras e benfeitorias realizadas. A proposta é que o trabalho social promova ações que construam de forma individual e coletiva valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação e valorização do patrimônio no qual a comunidade está inserida, incluindo a valorização das benfeitorias realizadas pelo projeto urbanístico e o sentimento de pertença com a obra entregue. A seguir apresentamos as atividades que deverão ser desenvolvidas no território.

PRODUTO 7 – RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO SOCIAL (RATS):

Instrumentos de monitoramento, avaliação e prestação de contas, devendo ser descritivo sobre as atividades realizadas, despesas e resultados obtidos, além de estabelecer o controle e acompanhamento do Trabalho Social.

Quantidade de Atividades:	01 relatório por mês
Carga Horária:	8 horas para a elaboração
Meta:	24 relatórios
Período de realização:	Mês 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09,10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24

Diretrizes: Os Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Social (RATS) têm por objetivo informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das atividades do trabalho em relação aos objetivos propostos, difundindo os principais resultados obtidos no período e apontando, quando necessário, os desvios ocorridos no projeto e as providências necessárias para a correção. Devem, ainda, informar a avaliação dos participantes e da equipe sobre as ações desenvolvidas, os aspectos metodológicos e financeiros, inclusive com detalhamento das despesas efetivadas no período, conforme cronograma de desembolso aprovado. Os relatórios serão entregues mensalmente e precisam registrar e justificar as atividades previstas e não realizadas, os ajustes necessários e outras informações relevantes, sendo um instrumento de medição das ações e atividades vivenciadas pelo Trabalho Social e uma das alternativas de monitoramento financeiro do projeto. Ressaltamos que, estrategicamente, está

destinada uma carga horária mensal para que a equipe se dedique à sistematização dos dados e informações das atividades desenvolvidas pelo trabalho social. Nesses relatórios devem constar a descrição das atividades realizadas (modelo a ser fornecido pela contratante e em conformidade com os requisitos previstos no Art. 23 da Portaria MCID nº 75/2025); listas de presenças; atas de reuniões, planilha do plantão de atendimento; avaliação das atividades, inclusive por parte dos beneficiários; registros fotográficos (coloridos), datados e legendados; material gráfico utilizado no período, gastos na execução das atividades, dentre outros instrumentos que servem para dar vitalidade a leitura do mesmo. Os RATS serão apresentados de forma impressa e digital e terão que conter em seu escopo todas as atividades desenvolvidas pelo trabalho social. No momento de encerramento do trabalho social será elaborado um relatório final, após a execução dos serviços, constando um panorama geral de todo o processo realizado, inclusive com avaliação sobre os impactos que a obra proporcionou na vida dos moradores.

A estrutura do RATS deve conter os seguintes elementos:

I - identificação: a) dados gerais da área de intervenção ou do empreendimento; b) dados gerais do contrato, termo de compromisso ou intervenção ou operação; c) dados do órgão ou entidade responsável pelo Trabalho Social; d) dados da equipe técnica e do Responsável Técnico do Trabalho Social; e) dados do Gestor do Trabalho Social, quando houver; f) dados da empresa contratada, quando houver; g) período de execução do Trabalho Social; e h) controle financeiro, com valor total medido no período e percentual de evolução. II - meios de verificação dos produtos realizados no período, conforme Anexo I; III - demonstrativo de despesas por produto no período; IV - considerações da equipe técnica sobre a execução no período, com a indicação das atividades programadas e não executadas, quando for o caso, contendo justificativa e perspectiva de redirecionamento; e V - aceite da equipe técnica sobre o conteúdo do RATS apresentado, no caso de execução indireta do Trabalho Social.

Recursos: a empresa deverá dispor de recursos tecnológicos para elaborar a relatoria das atividades desenvolvidas.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): RATS constando as especificações descritas acima, devidamente datado e assinado, com toda documentação comprobatória como listas de presença, materiais informativos utilizados, registros fotográficos, dentre outros.

Atores Envolvidos: Coordenador, técnico social, profissional de planejamento territorial, mobilizador social e assessor de comunicação.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 8 - NIVELAMENTO CONTINUADO DO TRABALHO SOCIAL: Tem como objetivo o planejamento da execução das ações do cronograma, assim como estabelecer um espaço constante de feedback em relação às ações realizadas, permitindo maior reflexão sobre o trabalho e um treinamento constante para que a equipe possa lidar com as questões interseccionais.

Quantidade de Atividades:	01 encontro por mês
Carga Horária:	4 horas para planejamento e execução
Meta:	22 encontros
Período de realização:	Meses 03 à 24

Diretrizes: Os temas e assuntos a serem abordados neste produto precisam coadunar com os resultados obtidos na avaliação das atividades de campo, entendendo os limites das ações e potencializando as possibilidades identificadas no processo. As ações podem e devem sofrer modificações para atender os objetivos do Trabalho Social, considerando a cotidianidade e conjuntura de cada território. O nivelamento acontecerá através de reuniões periódicas, que servirão para (re)elaborar o planejamento, aprimoramento e reflexões sobre o Trabalho Social e seus objetivos, cabendo a construção coletiva dos indicadores que servirão de base para compor o relatório final de avaliação do trabalho. Sugere-se que os encontros contemplem a participação de atores institucionais, que possam servir de reuniões de briefing com a equipe técnica do contratante e com a fiscalização do contrato, de momentos de reflexão com analistas do órgão financiador, para alinhamentos relacionados à execução, de reuniões com lideranças locais e representatividades, dentre outras. Sempre que for necessário, treinamentos, encontros de capacitação temáticos e momentos semelhantes poderão ser ofertados para contribuir na identificação dos pontos positivos e negativos e na construção de alternativas e soluções para os impasses, além de possibilitar a troca de vivências e detalhamento das atividades a serem realizadas. Eventualmente, e se necessário, poderão ser convidados profissionais de outras áreas ou instituições que participem direta ou indiretamente do Trabalho Social.

Recursos: espaço com infra, notebook, e lanche.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico e material de

apoio utilizado, com lista de presença e avaliação dos participantes.

Atores envolvidos: Responsáveis técnicos, coordenador, técnico social, mobilizador social, Assessor de Comunicação e Profissional de Planejamento Territorial.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 9 - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO: Tem por objetivo compreender como os moradores percebem as obras do Programa Periferia Viva em seu território ao longo do tempo, avaliando impactos, expectativas e sugestões da comunidade, sendo realizada em locais distintos de acordo com o cronograma de execução da obra.

Quantidade de Atividades:	02
Carga Horária:	20 horas para planejamento, aplicação de questionário, compilação de dados
Meta:	Aplicação de 100 Questionários por mês em território que esteja passando por intervenção
Período de realização:	Meses 04 e 10

Diretrizes: A pesquisa será aplicada com moradores (a partir de 16 anos), comerciantes e stakeholders (identificados no Plano de Ação) e através dos dados coletados, acompanhar, de forma contínua e participativa, os impactos sociais e urbanísticos gerados pelas intervenções realizadas no território. Compreender como a população percebe essas transformações é fundamental para garantir que as ações desenvolvidas estejam, de fato, respondendo às demandas locais e promovendo melhoria nas condições de vida da comunidade. A escuta ativa dos moradores permite identificar avanços, desafios e possíveis ajustes nas etapas de execução das obras, fortalecendo a transparência e a gestão democrática dos processos. Além disso, o monitoramento participativo contribui para o fortalecimento do vínculo entre o poder público e a comunidade, estimulando o sentimento de pertencimento e a corresponsabilidade dos moradores na manutenção e uso dos espaços revitalizados. O questionário será construído com a equipe social e o responsável técnico da prefeitura e deverá identificar a percepção dos moradores sobre:

- O ritmo e andamento da obra (progresso).
- A qualidade da execução das obras.
- Os impactos das obras no cotidiano (positivos e negativos).

- A clareza das informações recebidas (comunicação social).

Recursos: tablets, notebook com internet.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): Planilha de dados coletados pelas pesquisas e relatório geral da pesquisa com gráficos e outros infográficos.

Atores Envolvidos: Coordenador, técnico social, assessor de comunicação, profissional de planejamento territorial, mobilizador social e consultor especializado em avaliação e monitoramento de indicadores.

.Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em avaliação e monitoramento de indicadores.

PRODUTO 10 - AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO: A realização de uma avaliação final junto aos beneficiários sobre o projeto integrado executado, utilizando como referência a Matriz dos Indicadores do Ministério das Cidades é uma ferramenta fundamental para proposição e formulação de políticas públicas.

Quantidade de atividades:	01
Carga horária:	120 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	Aplicação de 600 questionários
Período de realização:	Meses 23 e 24

Diretrizes: De acordo com as orientações ministeriais, as variáveis a serem aferidas sob a ótica dos eixos Moradia e Inserção Urbana (23 indicadores); Inclusão social (5 indicadores) e Satisfação do Morador (22 indicadores) buscam avaliar os aspectos que o projeto incidiu no território, de forma a produzir uma análise efetiva dessas intervenções. No que tange a metodologia de atuação, frequência, roteiros e a especificação do insumo questionário a ser aplicado para promover a avaliação final junto ao território, a construção deverá ser feita de forma coletiva e integrada, incluindo as contribuições da equipe técnica que atuará em campo e da equipe de fiscalização do contrato. A soma de saberes e conhecimentos teóricos, práticos, bem como a partilha dos limites e possibilidades poderá viabilizar a maior eficácia e eficiência tanto na aplicabilidade do instrumento, como na elaboração do diagnóstico final após compilação dos dados. Para tal sugere-se a realização de duas reuniões de construção e colaboração do instrumento, contando com a participação de todo corpo técnico que atuará

na pesquisa, da equipe da contratante e também da financiadora. O relatório sobre a pesquisa de avaliação deverá contar com a compilação de informações coletadas em momentos distintos e com pessoas estratégicas: o material produzido pelas ferramentas de mensuração aplicados ao final de cada atividade executada ao longo do PTS; a aplicação de questionário junto às Associações de Moradores, lideranças comunitárias, representantes das Comissões e Comitês e demais atores considerados estratégicos pela equipe; e a definição de 600 entrevistas com moradores, selecionados de forma aleatória e de trechos distintos da comunidade.

Recursos: Material de comunicação, tablets e notebook.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, lista do material de apoio utilizado, modelo do questionário aplicado, planilha com tabulação dos dados.

Atores Envolvidos: Coordenador, técnico social, assessor de comunicação, profissional de planejamento territorial, mobilizador social e consultor especializado em avaliação e monitoramento de indicadores.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em avaliação e monitoramento de indicadores.

PRODUTO 11 - ATIVIDADE SOCIOEDUCATIVA: “UM PRESENTE PARA O FUTURO”. A Atividade visa trabalhar a conscientização e empoderamento dos moradores sobre o sentimento de pertença com a própria comunidade, fortalecendo laços e construindo uma perspectiva de futuro.

Quantidade de atividades:	03 atividades
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	30 moradores em cada encontro
Período de realização:	Mês 6, 9 e 12

Diretrizes: o trabalho social deve proporcionar reflexões que levem os moradores a entender que as benfeitorias implantadas precisam ser incorporadas à subjetividade dos mesmos, ganhando valorização e o cuidado necessário. As atividades devem ser planejadas de forma

lúdica, dinâmica e coletiva, envolvendo adultos, idosos e adolescentes, uma vez que a troca intergeracional entre os moradores mais antigos e os novos, possibilita o resgate do passado da comunidade, entrelaçando o passado e o futuro e permitindo o nascimento de lideranças e da valorização do território e da cultura local. A equipe deverá organizar quatro encontros utilizando, preferencialmente, os locais coletivos do território, viabilizando técnicas para levar os participantes a reflexão sobre a forma como enxergam a comunidade atualmente e como imaginam que a área ficará no futuro após receber as melhorias das obras. A proposta é que o material produzido vire um grande mural exposto na comunidade, contemplando um mapa ou outra forma de expressão que contemple as manifestações produzidas pelos moradores.

Recursos: material de comunicação, tenda, água, mesas, cadeiras, kit lanche 1 e kit brinde Pulseira Ecológica “Eu Cuido da Minha Rua” que deve ser feita com tecido reciclado, fecho ajustável, colorida e com frase motivacional, que apesar de simples pode gerar engajamento comunitário e kit brinde “Caderno de Histórias da Minha Maré”, que consiste num caderno espiral metálico, tamanho A5, com capa papel Kraft 250 g em quatro cores, que servirá como uma forma afetiva e criativa de registrar a transformação urbana e o sentimento de pertencimento ao território..

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Mobilizador social, Técnico social, profissional de planejamento territorial, assessor de comunicação, membros da CAC e CAO.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 12 - OFICINA: “CONSERVAR E DEFENDER PARA QUE?”. Promover atividade de orientação sobre a conservação dos equipamentos e melhorias realizadas com a obra é fundamental para garantir a manutenção dos benefícios implantados pelo projeto de urbanização, além de estimular o sentimento de pertença com o território.

Quantidade de atividades:	02 oficinas
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	25 moradores por oficina
Período de realização:	Mês 11 e 15

Diretrizes: desenvolver oficinas, de forma lúdica e participativa, capazes de promover a reflexão sobre os benefícios da incorporação de mudanças de hábitos e comportamentos, preservando a raiz cultural e os costumes da comunidade. A proposta é que os moradores possam entender os ganhos alcançados com as obras de melhoria da infra-estrutura, da rede de saneamento, iluminação, pavimentação, drenagem, dos equipamentos públicos, das áreas de lazer, dentre outros e assumam o compromisso de zelar pela conservação e revitalização constante dos mesmos.

Recursos: material de comunicação, tenda, água, mesas, cadeiras, kit lanche 1 e kit brinde Pulseira Ecológica “Eu Cuido da Minha Rua”, que deve ser feita com tecido reciclado, fecho ajustável, colorida e com frase motivacional, que apesar de simples pode gerar engajamento comunitário e kit brinde copo retrátil ecológico.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Mobilizador social, técnico social, assessor de comunicação, profissional de planejamento territorial e membros do CAC e CAO.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 13 - CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO COLETIVA E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO. Tem como objetivo provocar a cultura da vizinhança, promovendo o fortalecimento de vínculos comunitários.

Quantidade de atividades:	02 campanhas
Carga horária:	20 horas para cada planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	60 moradores por campanha
Período de realização:	Mês 14 e 20

Diretrizes: O trabalho social precisa ofertar ações socioeducativas que levem os moradores, em suas diferentes faixas etárias, a pensar e refletir sobre a vida coletiva no bairro, entendendo os serviços e equipamentos existentes no território, as principais fragilidades da região e os meios de organizar os coletivos e movimentos de reivindicação de melhorias. A proposta é que os moradores possam criar rotinas de convivência pacíficas que gerem para o próprio bairro um fortalecimento capaz de promover um pensamento cultural de conservação e busca de melhorias. A organização de cada campanha deverá prever a realização de encontros temáticos e direcionados para as múltiplas faixas etárias, tendo como culminância a apresentação de duas Campanhas a ser divulgada na própria comunidade. “Campanha A Maré tá pra peixe”

Encontro 1: Diagnóstico e Mobilização: objetiva ouvir os problemas e validar as prioridades, sendo recomendado o uso de mapas e peças para marcação dos locais onde existem os maiores problemas de conservação e as possíveis alternativas de solução

Encontro 2: Planejamento Tático: objetiva transformar as queixas em ações, propondo uma dinâmica que seja capaz de definir quem faz o quê, quem pode ser o interlocutor, quem organiza as etapas, etc, formatando um cronograma de ações.

Encontro 3: Lançamento e Engajamento (Evento no bairro): visa dar visibilidade e atrair quem ainda não se envolveu, fazendo um dia específico com ações e atividades que contribuam para o aumento da conscientização dos moradores sobre a necessidade de conservar e cuidar tanto das benfeitorias feitas com a obra, como com o território como um todo.

Recursos: material de comunicação, tenda, água, mesas, cadeiras, vídeo institucional, kit lanche 1 e Kit brinde Pulseira ecológica temática e Kit brinde Ecobag.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): Vídeo educativo da campanha com comprovação da divulgação realizada em páginas oficiais da prefeitura e redes sociais do próprio território, registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Coordenador, mobilizador social, técnico social, consultor, assessor de

comunicação e profissional de planejamento territorial, membros do CAC e CAO.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em trabalho social na área de educação patrimonial, com foco em atividades de conservação de benfeitorias implantadas.

EIXO D - EIXO SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E PROMOÇÃO DA SAÚDE: busca trabalhar a conscientização do morador sobre a complexidade e importância do meio ambiente, ampliando sua percepção crítica sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida. A proposta deste PTS prevê que o trabalho social neste eixo proporcione reflexões com os moradores nas diferentes etapas da intervenção sobre a necessidade de adotar práticas de uso sustentável dos recursos naturais, promovendo saúde.

PRODUTO 14 - RODAS E ROLÊS “CHEGA DE LIXO”. Descortinar a comunidade sobre a forma como descartam o lixo no próprio território é fundamental para proporcionar uma conscientização sobre a importância da educação ambiental para a saúde dos moradores.

Quantidade de atividades:	04 Encontros, sendo 02 rodas e 02 rolês
Carga horária:	10 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	25 participantes em cada
Período de realização:	Mês 05 e 14

Diretrizes: A metodologia de trabalho social consiste na realização de rodas de conversa para que os temas e conhecimentos contemplados possam ser administrados com maior exatidão e apreensão do conteúdo, uma vez que a circulação da informação e a dinâmica da partilha feita na troca de ideias e experiências, além de estimular a autonomia dos participantes, também empodera a subjetividade dos sujeitos. A equipe deverá organizar junto aos participante “roles” pelos pontos mapeados como críticos na etapa da elaboração do Plano de Ação para que haja maior dinamicidade e riqueza nas rodas, principalmente porque a criação de espaços de diálogo “*in Loco*” representam um método de ressonância coletiva e positiva, favorecendo o amadurecimento do grupo e o desenvolvimento de projetos locais, como a construção de Ecopontos ou de Cooperativas de reciclagem, dentre outros. Os “roles” devem contemplar um caminho que passe pelos pontos críticos de descarte irregular de resíduos sólidos, espalhados pelo território, bem como em áreas de descarte regular

implantados pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana - Comlurb. Durante os “roles” deverão ser apresentados os diferentes equipamentos utilizados na coleta de lixo (caixas coletoras, lixeiras, container, entre outros) e divulgação da agenda de coleta de lixo no território. Deverão ser apresentados o funcionamento dos Ecopontos e os locais onde serão implantados. Durante a primeira roda de conversa, deverá ser apresentada uma lista de locais a serem visitados para que seja validado coletivamente pelos participantes. Após aprovação, a empresa deverá apresentar um mapa comunitário interativo da visita que será realizada, com cópia impressa para todos os participantes que poderá retratar:

- Pontos críticos de descarte irregular de lixo e locais de descarte regular (Comlurb, Ecopontos, containers) já mapeados no Plano de Ação;
- Propostas de soluções e compromissos assumidos pelos moradores e comunidade;
- Frases e reflexões coletadas nas rodas de conversa.

Esse produto funciona como um instrumento de devolutiva e mobilização permanente, que pode ser exposto em locais públicos (escola, associação de moradores, posto de saúde, associação de moradores, etc.) e divulgado nas redes sociais ou grupos comunitários.

Recursos: material de comunicação, tenda, água, mesas, cadeiras, kit lanche 1 e kit brinde Pulseira Ecológica “Eu Cuido da Minha Rua”, que deve ser feita com tecido reciclado, fecho ajustável, colorida e com frase motivacional, que apesar de simples pode gerar engajamento comunitário e Kit brinde boné personalizado.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): Lista de locais propostos, mapa validado pelos participantes, Mapa ilustrativo de pontos críticos com propostas de soluções, registro fotográfico, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Mobilizador social, técnico social, assessor de comunicação social, profissional de planejamento territorial, auxiliar de logística, membros da CAC e CAO..

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 15 - OFICINAS DE REAPROVEITAMENTO. As oficinas de reaproveitamento terão foco na decoração sustentável e visam o fomento à reflexão sobre os aspectos socioambientais e a relação de convívio e responsabilidade com o lixo produzido e o redirecionamento do mesmo para que possam ser reutilizados proporcionando uma ressignificação dos insumos para peças de decoração dos mais variados segmentos.

Quantidade de atividades:	04 Oficinas
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	25 participantes em cada oficina
Período de realização:	Mês 05, 09, 13 e 17

Diretrizes: A temática do reaproveitamento do lixo e o reaproveitamento dos alimentos será a base matricial da atividade permitindo, através da troca de saberes entre equipe técnica, consultores e moradores não somente a construção de objetos e peças decorativas, mas também a promoção de um debate fluido sobre a necessidade de repensar os descartes, o benefício ambiental que o reaproveitamento de insumos traz e a análise comparativa das áreas comuns no antes de depois da intervenção artística. As discussões a serem travadas nas oficinas visam apresentar as possibilidades de reutilização de materiais disponíveis. Todas as oficinas terão um momento mais teórico sobre as contribuições possíveis para a saúde ambiental e posterior as ações mais práticas (hortas comunitárias, jardins em pneus e garrafas pet, lixo orgânico para adubo, óleo usado para fabricação de sabão, artefatos de jornal, revista, potes de vidro, bancos de tampinha, etc.). Nesse contexto, é possível aplicar o conceito do urbanismo tático: uma abordagem de planejamento urbano que utiliza intervenções de baixo custo, rápida execução e pequena escala para testar e transformar espaços públicos, melhorando a mobilidade, segurança e acessibilidade. Além do urbanismo tático, os produtos artesanais produzidos deverão ser expostos no Posto Territorial ou em outro local a ser combinado entre os participantes. As atividades a serem desenvolvidas devem ser propostas pela contratada, mas a definição de quais serão executadas, devem ser construídas coletivamente.

Recursos: material de comunicação, tenda, água, mesas, cadeiras, luvas, kit lanche 1 e kit brinde Pulseira Ecológica “Eu Cuido da Minha Rua”, que deve ser feita com tecido reciclado, fecho ajustável, colorida e com frase motivacional, que apesar de simples pode gerar engajamento comunitário e Kit brinde Papel Semente que pode tornar a atividade mais lúdica, pois por ser dobrável, pode funcionar como um chapéu para que as crianças e adolescente usem e no final possam levar para casa e plantar em seus domicílios, fortalecendo a ideia de crescimento e renovação urbana.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): listas de presença, material de apoio utilizado, registros fotográficos e instrumento de avaliação.

Atores envolvidos: Mobilizador social, técnico social, coordenador, consultor, assessor de comunicação social, profissional de planejamento territorial, auxiliar de logística, membros da CAC.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em atividades de educação ambiental e motivacional para sustentabilidade e com expertise em técnicas de reaproveitamento e reciclagem.

PRODUTO 16 - OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS (INTER)GERACIONAIS “SAÚDE COMUNITÁRIA”. O trabalho socioeducativo permite a oferta de momentos descontraídos capazes de trazer atividades diferentes do que é ofertado comumente.

Quantidade de atividades:	03 Oficinas
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	25 participantes em cada oficina
Período de realização:	Mês 03, 16 e 21

Diretrizes: O trabalho social através do oferecimento de oficinas socioeducativas viabiliza momentos informativos, capazes de transmitir e partilhar conhecimentos sobre temas geradores e transversais, responsáveis por potencializar habilidades e momentos integradores, que favorecem a interação entre os moradores, criando e fortalecendo os vínculos e o sentimento de pertença com o território. As oficinas socioeducativas devem ser divididas por faixa-etária ou por características e particularidades dos moradores, dependendo do que foi mapeado e diagnosticado na área, devendo seguir a metodologia de oferecimento de espaços lúdicos que servem para aquisição de conhecimentos específicos e para potencializar habilidades e transformar comportamentos. As oficinas precisam estimular a inclusão dos moradores na rede de serviços socioassistenciais disponíveis na região e criar oportunidades para acessar bens, recursos e projetos produzidos no próprio território. É fundamental que os profissionais da política de saúde local sejam acessados e convidados a colaborar, considerando a expertise que possuem. Uma oficina socioeducativa geracional precisa combinar no processo de aprendizagem alternativas técnicas jocosas e de fácil acessibilidade para o público alvo, principalmente considerando que eles historicamente vivenciaram um modelo de educação e atendimento ofertado de forma hierarquizada e

autoritária. A proposta de trabalho com oficinas permite o desenvolvimento de competências, aptidões e ideias inovadoras, promovendo a autonomia e a participação dos membros na sociedade, de forma que as atividades precisam ser organizadas e planejadas junto aos segmentos de crianças, adolescentes, jovens e idosos, devendo contemplar as indicações abaixo:

- Oficina “Água Limpa, Vida Saudável”
- Oficina: “Saneamento é saúde”
- Oficina “Comunidade limpa é comunidade forte”

A equipe pode propor e executar oficinas e encontros que agreguem a partilha e troca intergeracional, somando saberes do público infantil, jovem e idoso e enriquecendo ainda mais a produção de novas e revolucionárias experiências e ideias.

Recursos: material de comunicação, tenda, água, Kit lanche 2, Kit brinde que consiste numa Garrafa Inteligente com Marcador de Hidratação, que além de estimular a hidratação diária, deve ter um design interativo, com definição de metas a serem alcançadas ao longo do dia promovendo saúde, bem estar e sustentabilidade e kit brinde pulseira ecológica personalizada.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado..

Atores Envolvidos: Mobilizador social, técnico social, consultor, assessor de comunicação social, profissional de planejamento territorial, auxiliar de logística, membros da CAC.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em saúde comunitária.

PRODUTO 17 - CINE DEBATE “VERDE QUE TE QUERO VERTE”. O processo educativo através do audiovisual além de ser eficaz na apreensão de saberes, também remonta preconceitos e posturas radicais, de forma que o acesso a conteúdo alternativo na produção artística pode ser um instrumento valioso para o trabalho de educação ambiental e promoção da saúde.

Quantidade de atividades:	04 Encontros
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	50 participantes em cada encontro
Período de realização:	Mês 04, 07, 10 e 19

Diretrizes: o trabalho social deverá proporcionar encontros em locais do território como associação de moradores, centro comunitário, praças, igrejas etc, onde filmes e curtas deverão ser transmitidos para o público nas suas diversas faixas etárias, organizando a escolha do material e dos momentos de acordo com o perfil etário de cada um. A apresentação audiovisual deverá ser acompanhada de um debate democrático, onde todos possam expressar suas apreensões, sentimentos e reflexões sobre o tema apresentado, lembrando que ele deve estar direcionado para a consciência de práticas coletivas para difusão e apoio a iniciativas de sustentabilidade ambiental. Os debates devem promover a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, os impactos ambientais e os eventos climáticos que podem incidir no território e devem propor uma iniciativa sustentável que possa ser organizada na comunidade.

Recursos: material de comunicação, tenda, água, mesas, cadeiras, kit lanche 2 e kit brinde Pulseira Ecológica “Eu Cuido da Minha Rua”, que deve ser feita com tecido reciclado, fecho ajustável, colorida e com frase motivacional, que apesar de simples pode gerar engajamento comunitário e Kit chaveiro Arvore da Vida.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Mobilizador social, técnico social, assessor de comunicação social, profissional de planejamento territorial, auxiliar de logística, membros da CAC.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 18 - CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Busca promover um conjunto integrado de ações que estimule o despertar de ações mais conscientes pelos moradores para a questão ambiental e patrimonial.

Quantidade de atividades:	02 campanhas
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	60 participantes
Período de realização:	Mês 08 e 18

Diretrizes: Para desenvolver uma campanha de conscientização sobre os benefícios de cuidar do meio ambiente, será necessário a promoção de diversas ações socioeducativas junto aos moradores, que deverá ser iniciada por uma ampla divulgação e comunicação sobre o tema, incluindo áudios, cartazes, vídeos, dentre outras iniciativas de mobilização e que contribuirão para a culminância de realização da campanha educativa. É fundamental que as organizações e instituições locais que militam e atuam na temática participem e integrem a campanha, podendo ser oferecido materiais e brindes. A proposta é fazer com que os moradores possam pensar em alternativas de prevenção ao acúmulo de lixo, a interferência que o descarte inadequado causa junto às enchentes, o desperdício da água, a separação de resíduos, dentre outros de relevância quando pensamos em educação ambiental e sanitária. A proposta é que a campanha aconteça preferencialmente num sábado para garantir maior participação e adesão dos moradores, devendo ter espaços para exposições dos trabalhos produzidos ao longo do processo de elaboração da campanha.

Recursos: Material de comunicação, tenda, mesas, cadeiras, água, vídeo institucional, kit lanche 1 e kit brinde, pulseira ecológica personalizada e kit brinde ecobag.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico e material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Coordenador, técnico social, mobilizador social, consultor, membros da Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO) e da CAC, auxiliar de logística e assessor de comunicação social.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em educação ambiental com expertise em trabalhos sociais com comunidades vulneráveis e afetadas pelo acúmulo de lixo.

PRODUTO 19 - MUTIRÃO “MARÉ VERDE”. O Mutirão de limpeza vai buscar unir educação ambiental e ação prática em torno da limpeza e revitalização dos espaços públicos é fundamental para o alcance de bons resultados no território.

Quantidade de atividades:	04 mutirões
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	30 participantes em cada mutirão
Período de realização:	Mês 04, 10, 13 e 16

Diretrizes: A equipe deverá proporcionar quatro momentos de “mão na massa”, junto aos moradores, preferencialmente alcançando o público infanto juvenil, proporcionando o plantio de árvores, plantas, a limpeza de vielas, rios, praças, além da organização de um espaço para construção de uma horta comunitária que, além de receber os insumos necessários, precisa ser cuidada e mantida para que o próprio território possa estimular a segurança alimentar e práticas sustentáveis para os moradores.

Recursos: terrenos próximos às escolas, mudas de árvores e plantas, terra e adubo, material de comunicação, água, mesas, cadeiras, luvas, tenda, kit lanche 2 e Kit brinde educativo “Mão na massa”, que inclui ferramentas para jardinagem, Luvas, Kit brinde Papel Semente que pode tornar a atividade mais lúdica, pois por ser dobrável, pode funcionar como um chapéu para que as crianças e adolescente usem e no final possam levar para casa e plantar em seus domicílios, fortalecendo a ideia de crescimento e renovação urbana.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico e material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Técnico Social, mobilizador social, assessor de comunicação social e consultor, auxiliar de logística, membros da CAC.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em plantio e manuseio de mudas e conservação ambiental.

EIXO E: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: A normativa indica que as atividades precisam promover a inclusão produtiva, econômica e social, permitindo meios e alternativas

para as famílias incrementarem suas rendas e para tal o PTS busca ofertar um trabalho interdisciplinar e integrado às diversas políticas públicas, sendo que especificamente o eixo desenvolvimento socioeconômico precisa estar alinhado com as políticas intersetoriais de trabalho e renda, de educação, de atendimento especial para mulheres, idosos e portadores de deficiência.

PRODUTO 20 - OFICINAS “MULHERES DAS ÁGUAS: MARÉ DE SABERES E SABORES” O Complexo da Maré tem uma relação histórica e profunda com a Baía de Guanabara, e focar nas mulheres pescadoras e catadoras de crustáceos é reconhecer uma das forças de trabalho mais resilientes (e muitas vezes invisibilizadas) da cidade. A atividade busca integrar a geração de renda, a conscientização ambiental e a valorização do trabalho feminino, agregando valor ao produto, reduzindo o desperdício e contando a história delas para o mundo.

Quantidade de atividades:	01 atividade
Carga horária:	44 horas (24h de mapeamento e 20 horas de execução)
Meta:	20 pescadoras
Período de realização:	Mês 01, 02 e 03

Diretrizes: A equipe social deverá mobilizar as mulheres pescadoras, marisqueiras, beneficiadoras de pescado e as famílias envolvidas na cadeia da pesca com o objetivo de fomentar práticas de pesca sustentável para preservar a Baía de Guanabara, multiplicar a consciência ambiental e estimular as formas de geração de renda a partir da pesca, como o processamento de pescado, a criação de artesanato com resíduos e as melhores formas de comercialização. As oficinas devem ser estruturadas para dar protagonismo ao trabalho das mulheres pesqueiras, promovendo a igualdade de gênero e a visibilidade dentro e fora da comunidade, seja por meio de redes sociais, feiras locais, articulação com empresas, dentre outras formas, criando uma narrativa coletiva que valorize o saber tradicional e histórico da pesca. Alguns pontos importantes a serem abordados:

- Valorização do conhecimento local: As oficinas devem ser horizontais. Elas são as especialistas na Maré; os profissionais externos trazem apenas ferramentas técnicas.
- Sustentabilidade: Focar no aproveitamento integral do pescado (diminuir o descarte) e no combate à poluição plástica, como por exemplo: técnicas de beneficiamento (filetagem, defumação artesanal ou produção de conservas, filés embalados, caldos, patês, bolinhos),

aproveitamento do couro do peixe ou das escamas para a produção de bijoias, artesanato com redes, conchas, etc.

- Produtos com identidade da Maré: Criação de marca coletiva (Embalagens simples, História do produto (quem fez, onde, como))
- Economia solidária: Fortalecer o espírito de cooperativismo para que o lucro seja distribuído de forma justa.
- Noções de precificação: marca própria, vendas por redes sociais, captação de pescarias e/ou restaurantes, etc.
- Mapa afetivo: Onde pescam, onde vendem, onde a água está mais poluída, onde a pesca mudou ao longo do tempo, como a poluição afeta diretamente o peixe e o bolso, mudanças percebidas por elas (menos peixe, peixe menor, mais lixo), O papel das mulheres como guardiãs da água!

O primeiro mês será destinado ao mapeamento e mobilização das mulheres, viabilizando a organização logística necessária para que as oficinas aconteçam nos meses 2 e 3, preferencialmente aos sábados com duração de 5 horas cada encontro, totalizando quatro encontros (dois no mês 02 e dois no mês 03). A equipe social deverá verificar os locais do território onde poderão acontecer as oficinas, principalmente os módulos que possam precisar de espaços para manuseio dos pescados, como por exemplo, a Cozinha Comunitária, ou local semelhante.

Recursos: material de comunicação, água, Kit lanche 1 e kit brinde ecobag

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença, atas das reuniões e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Mobilizador, técnico, assessor de comunicação e consultor especializado em empreendedorismo, geração de renda, sustentabilidade e trabalho com mulheres.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 21 - OFICINA DE MARKETING PESSOAL (“NETWORKING”). Oportunizar ao morador o acesso teórico e prático a um conjunto de estratégias que permitam que o participante transmita uma imagem positiva e construa uma marca diferente em relação ao restante do mercado é fundamental para ampliar o leque de oportunidades na árdua disputa do mundo do trabalho.

Quantidade de atividades:	04 Oficinas
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	25 participantes em cada oficina
Período de realização:	Mês 08, 11, 20 e 22

Diretrizes: Dialogar sobre a necessidade de uma montagem de currículo assertivo, posturas no momento da distribuição do mesmo e da entrevista, como proceder nas etapas de recrutamento e seleção, desenvoltura no momento individual e nas dinâmicas de grupo tornou-se fundamental nos dias de hoje. O termo marketing é usado para designar um modo de se expressar, que contribui para o alcance de um objetivo, como um emprego ou uma promoção. É utilizado por quem deseja entrar no mundo do trabalho, sendo uma forma de diferenciar-se dos demais concorrentes. Em entrevistas de emprego ou dinâmicas, por exemplo, essa estratégia tem uma importância vital, pois o candidato ao emprego precisa saber como se expressar da melhor forma possível, demonstrar a capacidade de aprender, de ser pró-ativo e ter capacidade de lidar e se relacionar com outras pessoas. Outro ponto de relevância que deverá ser abordado nas oficinas é o uso do aplicativo LinkedIn não só como ferramenta de currículo, mas como ecossistema de networking, mentoria e oportunidades que podem continuar funcionando muito bem depois das obras terminarem e o trabalho social sair da comunidade. A oficina será ministrada por profissional capacitado que deverá abordar os temas com linguagem simples e convidativa, tendo como resultado a confecção individual de um currículo para cada participante.

Recursos: tenda, mesas, cadeiras, material de comunicação, água, kit lanche 1, kit brinde pílulas motivacionais, kit brinde caderno espiral metálico tamanho A5 com capa papel kraft 250g e Kit brinde ecobag.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Técnico Social, mobilizador social, assessor de comunicação social, auxiliar de logística e consultor.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em técnicas de networking e expertise no uso de LinkedIn.

PRODUTO 22 – AÇÃO DE EMPREENDEDORISMO FEMININO. Visa fomentar o protagonismo feminino no empreendedorismo, além desenvolver competências socioemocionais das mulheres, para aumentar a autoconfiança feminina, a capacidade de se comunicar de maneira mais assertiva e estratégica e de conciliar vida pessoal com profissional.

Quantidade de atividades:	02 ações
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	50 participantes em cada ação
Período de realização:	Mês 03 e 17

Diretrizes: o trabalho social deve realizar ações que abordem temas relativos ao empreendedorismo feminino com distribuição de material impresso. As mentorias deverão tratar sobre os passos para uma liderança, a negociação, a criação de networking, o uso das ferramentas digitais e práticas de educação financeira, a fim de que se amplie o universo de conhecimento e reflexão sobre a importância e a necessidade de se fortalecer enquanto mulheres empreendedoras economicamente, garantindo a independência financeira através de seus negócios e de suas vidas. As mentorias para mulheres seguem em tendência de crescimento pois são grandes possibilidades de gerar uma rede sólida de networking com outras mulheres a exemplo da primeira plataforma de apoio ao empreendedorismo feminino do Brasil (Rede Mulher Empreendedora e seu programa Ela Pode), além de abrir portas para a liderança, gerar mais oportunidades e de criar insights para a criação ou fortalecimento de seus negócios. Estas ações têm a missão de apoiar e capacitar mulheres para encararem o mercado de forma plena e no fortalecimento das habilidades socioemocionais, disponibilizando *podcasts* para que as mulheres possam ouvir enquanto estão no seu trabalho doméstico ou em outras ações e ampliem os seus repertórios.

Recursos: tendas, mesas, cadeiras, material de comunicação, água, Kit lanche 1, kit brinde espelho de bolsa personalizado. Kit brinde ecobag. Kit brinde caderno.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação e consultor, auxiliar de logística, membros do CAC.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em empreendedorismo feminino e potencialidades do mercado de trabalho nas temáticas de gênero.

PRODUTO 23 – EVENTO DE BOAS PRÁTICAS EM ECONOMIA CIRCULAR SOLIDÁRIA.

Visa fomentar redes de colaboração e promoção de desenvolvimento das potencialidades e insumos produzidos na região.

Quantidade de atividades:	01 evento
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	100 participantes
Período de realização:	Mês 08

Diretrizes: o trabalho social, utilizando as informações coletadas junto aos moradores, seja na etapa inicial das pesquisas ou ao longo do desenvolvimento e dos atendimentos realizados pelo PTS deverá promover evento que possibilite a exposição dos produtos confeccionados e comercializados pelos moradores, semelhante à “feira” de empreendedorismo, onde o sentimento de pertencimento coletivo vai ser intensificado com a partilha, troca e valorização um do trabalho do outro. O evento pode ser feito concomitante com datas comemorativas temáticas, com confraternizações comunitárias e deve estimular que os moradores conheçam o que é produzido na própria região e que consumam entre si, o que contribuirá para a economia circular e a consequente geração de renda das famílias e desenvolvimento socioeconômico do bairro. A proposta é que o evento encoraje os moradores a manterem uma vitrine ativa para produtos e serviços locais, fortalecendo a economia solidária, que pode ser num formato de feiras mensais itinerantes, Feirinha “Produz Maré” ou em locais específicos de uso do território, desde que sejam de grande circulação de moradores.

Recursos: Tendões 10 x 10, mesas, cadeiras, material de comunicação, água, Kit lanche 1.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença nas tendas e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Coordenador, técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação, auxiliar de logística, membros do CAC.

Ponto focal: Técnico Social.

PRODUTO 24 – SUPORTE À INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. Busca realizar evento de apoio à promoção da inserção no mundo do trabalho, por meio de cadastramento em banco de vagas de emprego e encaminhamento para capacitação/qualificação profissional, visando a ampliação das oportunidades de inserção dos participantes no mercado formal de trabalho promovendo a empregabilidade e geração de renda.

Quantidade de atividades:	01 evento
Carga horária:	40 horas para planejamento, mobilização, execução
Meta:	100 participantes
Período de realização:	Mês 12

Diretrizes: através das ações articuladas com parceiros da iniciativa privada e do poder público, por exemplo com a Secretaria de Trabalho e Renda e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, propõe-se realizar ações de ampla divulgação e encaminhamento para as oportunidades ofertadas por instituições parceiras, seja em vagas de emprego, ou em cursos de capacitação ou qualificação profissional, assim como, em Programas Aprendizagem Profissional.

Material: tenda 10x10, material de comunicação, água, mesa, cadeira, kit lanche 1

Documentos comprobatórios (meios de verificação): listas de presença e relação de pessoas cadastradas e/ou encaminhadas para mercado de trabalho, material de apoio utilizado, registros fotográficos e instrumento de avaliação utilizado..

Atores envolvidos: Técnico social, Mobilizador social, Assessor de comunicação social, membros da CAC

.Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 25 – RECICLA MARÉ DE OPORTUNIDADES. O descarte irregular de resíduos sólidos é um grande desafio no território e transformá-lo em geração de renda representa um ganho para os moradores.

Quantidade de atividades:	05 Encontros
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução
Meta:	30 participantes em cada encontro
Período de realização:	Mês 05, 11, 13, 16 e 18

Diretrizes: Considerando que a obra prevê a implantação de Ecopontos, a equipe social deverá mapear os projetos, serviços, cooperativas e instituições que trabalham com reciclagem no território, bem como os moradores que acessam renda com a coleta de material reciclável, a fim de que os mesmos possam participar de encontros formativos e de reflexão sobre o manuseio correto dos resíduos, as alternativas de formalização dos ganhos e gastos, incentivando a formação de cooperativas ou agrupamentos. Além de reduzir o impacto ambiental e sanitário, a formação de moradores oferecida com o Recicla Maré de Oportunidades visa possibilitar que os mesmos entendam que o lixo pode e deve ser uma fonte de geração de renda e desenvolvimento social na comunidade da Maré, ao combinar a coleta de resíduos com capacitação profissional, um projeto desse tipo pode criar um ciclo virtuoso de sustentabilidade e empoderamento. A equipe deve oferecer encontros de orientação e assessoramento para os moradores, com vistas a profissionalização da ocupação.

Material: tendas, material de comunicação, água, mesa, cadeira, kit lanche 2 e kit boné personalizada. Kit brinde frasco spray álcool caneta. Kit brinde pílulas motivacionais.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): listas de presença, material de apoio, registros fotográficos e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação e consultor, auxiliar de logística e membros da CAC.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em reciclagem de lixo, com foco na possibilidade de transformar resíduos recicláveis em produtos de maior valor agregado.

PRODUTO 26 – CURSO OLHARES DA MARÉ. A cultura através do audiovisual permite não apenas a ampliação de conhecimento e saber por parte da juventude, mas principalmente a perspectiva de geração de renda na modernidade.

Quantidade de atividades:	04 aulas
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	25 participantes
Período de realização:	Mês 19, 20, 21 e 22

Diretrizes: O curso deve ir além da técnica, explorando a fotografia como ferramenta de expressão e reflexão e buscando valorizar a narrativa e o olhar dos próprios moradores sobre a Maré. A metodologia deve incluir aulas teóricas, saídas de campo na comunidade (os "olhares da Maré") e exercícios práticos para desenvolver a sensibilidade dos participantes. Da mesma forma, as aptidões e habilidades para a organização, elaboração, gravação, edição, dentre demais ferramentas utilizadas no cinema também deverão ser abordadas no curso. Recomenda-se que ele seja oferecido, preferencialmente aos sábados para que haja maior adesão, em função da necessidade de trabalho do público jovem.

Material: tendas, material de comunicação, água, mesa, cadeira, kit lanche 2 e kit brinde pílulas motivacionais. Kit brinde caderno. Kit brinde copo retrátil.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registros fotográficos e instrumento de avaliação, lista de presença e material de apoio utilizado.

Atores envolvidos: Técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação e consultor, auxiliar de logística, membros do CAO e CAC.

Ponto focal: Técnico Social e Consultor especializado em audiovisual e com expertise no trabalho com moradores de comunidades favelizadas, com foco no olhar do território, suas nuances, possibilidades e potências.

EIXO F: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E CULTURA: A normativa aponta que o trabalho social deve promover direitos humanos, ampliar o acesso a direitos sociais em busca da cidadania e fortalecer as identidades culturais do território. O Trabalho Social pressupõe a garantia de direitos, seja através dos benefícios gerados pela urbanização integrada e pelo processo de reassentamento, mas, inclusive, pelas iniciativas de atividades capazes de gerar transformação social nos moradores. Para tal é necessário pensar e entender que cada território tem suas particularidades e que as questões interseccionais precisam estar atravessando todas as atividades e não apenas o eixo dos direitos humanos. A equipe técnica pode e deve, à luz do diagnóstico concluído com a Leitura Técnico Comunitária e com a lente interseccional mapear as principais demandas para compor as ações deste eixo. A interseccionalidade é um conceito crucial no trabalho social, pois ajuda a entender como diferentes formas de opressão se cruzam e impactam as pessoas de maneira única. É preciso reconhecer que as pessoas não enfrentam desigualdades de forma isolada, mas sim através de um conjunto de fatores que se sobrepõem. Uma mulher negra chefe de família, por exemplo, pode enfrentar racismo, sexismo e pobreza ao mesmo tempo, da mesma forma que uma trans pode lidar com a transfobia e a misoginia ou uma pessoa com deficiência pode enfrentar capacitismo e exclusão social e um jovem preto e gay vai sentir o racismo e a homofobia em várias situações do dia a dia. A equipe social precisa entender que o público alvo deste PTS, por serem moradores de favelas enfrentam várias opressões, inclusive o estigma territorial de serem “favelados”.

PRODUTO 27 - RODAS DE CONVERSA “Corpos que cuidam, vozes que lutam”. O trabalho com mães de crianças e adolescentes portadores de deficiência e neurodivergências é fundamental dentro do território da Maré, uma vez que existem coletivos atuantes na área e que apontaram na Leitura Técnico Territorial demandas expressivas de implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas.

O grupo de mães atípicas não é apenas um grupo de cuidado, é um grupo político e o objetivo do trabalho social com esse segmento é conectar o empoderamento coletivo com o cuidado pessoal e os direitos humanos

Quantidade de atividades:	01 atividade
Carga horária:	48h (28h para mobilização e 20h para execução)
Meta:	20 Mulheres
Período de realização:	Mês 01, 02 e 03

Diretrizes: As rodas de conversa buscam transformar a dor e a dificuldade cotidiana em pauta de incidência política. Trabalhar direitos humanos e direitos das pessoas com deficiência de forma acessível é potencializar ainda mais o coletivo existente na Maré. Os encontros devem permitir que as mães tenham um lugar de fala e sejam plenamente acessíveis, prevendo que algumas possam estar com cadeira de rodas ou carrinhos. É fundamental que a equipe providencie local que atenda com acolhimento às mães e que tenha “Salinha de Recreação”, onde mobilizadores com perfil possam ficar com os filhos durante a oficina, pois, sem isso, a participação delas pode ficar comprometida. A necessidade de um olhar especializado para esta atividade vai demandar a cotação de um valor diferenciado para o consultor, uma vez que os materiais a serem utilizados pela consultoria deverão ser mais específicos, considerando a particularidade dos filhos das participantes.

Pontos a serem tratados e considerados nos encontros:

- Cartografia dos Direitos na Maré: nas oficinas do Periferia Viva a visualização em mapa sobre os quesitos de infraestrutura e acessibilidade foram muito positivos. A ampliação da identificação dos locais onde os direitos são efetivamente acessados e onde são negados, permitirá a produção de um grande diagnóstico sobre os serviços disponíveis e os gaps existentes sob a ótica de quem tem doutorado no tema.
- Entendimento de benefícios e legislações (BPC, educação inclusiva, transporte público, papel do Estado, Convenção da ONU, Estatuto da PCD, Lei Maria da Penha adaptada a contextos de deficiência, etc)
- Autoestima e Protagonismo: permitir que os sonhos individuais, os desejos coletivos e as possibilidades e limites de escuta das vozes possam ser mesclados com momentos de auto cuidado (auto maquiagem, cuidado com a pele, ensaio fotográfico, etc.)
- A imagem de "mulher líder": trabalhar os desafios de usar a força que usam para proteger os filhos em proporção semelhante à força que podem ter para liderar uma

comunidade, um movimento, uma transformação no território. Empoderar o protagonismo das mães como líderes comunitárias, reconhecendo seu potencial para influenciar melhorias na Maré e além.

- Nada sobre elas sem elas: Fortalecer o coletivo como espaço de reivindicação de direitos, transformar o sofrimento em movimento (ex.: acesso à saúde, educação inclusiva e apoio social para famílias atípicas, participação em Conselhos, Fóruns, Audiências Públicas, dentre outras).
- Rede que Sustenta (Coletividade): Criação/ fortalecimento de um "Estatuto Afetivo do Coletivo" (Quais são os valores do grupo? Como elas vão se apoiar quando uma estiver exausta?, dentre outras situações)
- Economia do cuidado e redes de apoio mútuo: o peso do "cuidado compulsório", a linha da vida antes do diagnóstico e depois dele, legitimar o cansaço e o desejo de existir além da maternidade
- Violências institucionais: A escola recusou meu filho, O posto não tem atendimento adequado, Isso é favor ou é direito?
- Ações contra o capacitismo

O primeiro mês será destinado ao mapeamento e mobilização das mulheres, viabilizando a organização logística necessária para que as oficinas aconteçam nos meses 2 e 3, preferencialmente aos sábados com duração de 5 horas cada encontro, totalizando 04 encontros, sendo 02 no mês 02 e 02 no mês 03.

Recursos: material de comunicação, água, Kit lanche 1 e kit brinde ecobag

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença, atas das reuniões e instrumento de avaliação utilizado.

Atores Envolvidos: Mobilizador, técnico, assessor de comunicação e consultor especializado na temática da neurodivergência.

Ponto focal: Técnico Social

PRODUTO 28 – ATIVIDADE DE PROMOÇÃO À CULTURA E ACESSO À CIDADE.

Promover estímulo e reflexão no processo de aprendizagem e pertencimento cultural da cidade é uma forma de incentivar a população a conhecer e a se movimentar, pois a dignidade da moradia perpassa o direito constitucional de “viver” a cidade.

Quantidade de atividades:	04 Passeios
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	40 participantes em cada passeio
Período de realização:	Mês 06, 09, 17 e 19

Diretrizes: Entendendo a cultura como importante meio de obtenção do conhecimento, que se mantém em estreita relação com a educação, a proposta é desenvolver eventos que possibilitem a ampliação do universo sociocultural dos moradores, viabilizando o sentimento de pertencimento com a cidade. Objetiva-se que durante a atividade reflexões sejam feitas com os participantes de modo a possibilitar a compreensão do direito à cidade. A equipe social deverá mapear com os moradores os principais circuitos e locais culturais de interesse e que traduzem questões vivenciadas pelos mesmos, organizando a logística necessária para viabilizar a circulação nos pontos de cultura, aprendizado e lazer cariocas. Os eventos podem ser organizados em conformidade com datas comemorativas e perfil etário, entendendo sempre as questões interseccionais apresentadas pelo território e o que a cidade vem abordando nos seus diversos espaços, sendo que em todo passeio é necessário que seja produzido material iconográfico que poderá compor o trabalho de comunicação da CAC e deverá ser exposto para que a comunidade possa acessar.

Recursos: Para esta ação será necessário a locação de ônibus com motorista e combustível, água, Kit lanche 2, brinde e crachás para identificação dos participantes. Kit brinde pulseira ecológica personalizada.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, lista de presença e instrumento de avaliação.

Atores envolvidos: Coordenador, técnico social, mobilizador social e assessor de comunicação social.

Ponto focal: Técnico Social.

PRODUTO 29 - FEIRÃO FAVELA COM DIGNIDADE. Contribuir para o desenvolvimento humano dos moradores, através de ações com parceiros (instituições públicas e privadas), considerando as necessidades, interesses e demandas dos moradores, fortalece a garantia

de direitos dos moradores.

Quantidade de atividades:	02 eventos
Carga horária:	40 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	200 moradores
Período de realização:	Mês 07 e 15

Diretrizes: As ações deverão ser realizadas em conjunto as instituições locais e da poligonal do projeto, cabendo a equipe técnica realizar a articulação necessária, inclusive com visitas institucionais para promover a integração e organizar eventos na forma de um grande “feirão”, no qual os parceiros poderão levar seus projetos, serviços e programas para dentro da comunidade, garantindo o acesso a direitos. A ideia é que os moradores possam encontrar portas de entrada para acessar programas, projetos e serviços públicos, nas três esferas de governo, nas organizações não governamentais e na iniciativa privada, pois a articulação intersetorial permitirá a participação da rede socioassistencial do território, garantindo o acesso das populações vulneráveis a benefícios e programas sociais, além de promover a prevenção de violações de direitos e fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Seguem alguns pontos a serem trabalhados durante a execução dos feirões:

- Emissão de documentos com oficinas sobre direitos sociais;
- inclusão e atualização no Cadastro Único do Governo Federal;
- acesso a vacinação geral e específica e a outros serviços médicos, como verificação de pressão arterial e dosagem de glicemia;
- orientações sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis e meios contraceptivos;
- vacinação de pets e esclarecimento sobre cuidados com animais;
- esclarecimentos sobre controle de vetores;
- órgãos do sistema de garantia de direitos;
- assessoria jurídica;
- atividades de lazer;
- cadastramento / oferta de balcão de empregabilidade;
- esclarecimento sobre CTPS;
- serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;
- matrícula / orientação sobre escolas e creches da região;
- jovem aprendiz;
- orientações sobre reciclagem e meio ambiente.

Recursos: tendas 10 x 10, mesas, cadeiras, material de comunicação, água, Kit lanche 1.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Coordenador, técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação, profissional de planejamento territorial, membros da CAO, e CAC.

Ponto focal: Técnico Social.

PRODUTO 30 - RODA DE CONVERSA TEMÁTICA. Consiste em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos que se expressam e escutam seus pares e a si mesmo por meio do exercício reflexivo.

Quantidade de atividades:	04 rodas de conversa
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução avaliação
Meta:	25 moradores em cada roda
Período de realização:	Mês 06, 14, 18 e 21

Diretrizes: a proposta é fomentar espaços de diálogos por meio de 04 rodas de conversas utilizando técnicas participativas para fomentar e tratar de temas importantes na atualidade e de forma interseccional (questão social e direitos humanos, raça, identidades de gênero, idade, classe, capacitismo, crenças, feminicídio, dentre outras). As rodas de conversas poderão ser feitas tanto na própria comunidade como em espaços externos.

Recursos: tenda, mesa, cadeira, material de comunicação, água, kit brinde e kit lanche 1. Kit brinde espelho de bolso personalizado. Kit brinde pílulas motivacionais.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio utilizado, avaliação e lista de presença .

Atores envolvidos: Técnico Social, Mobilizador Social, assessor de comunicação, membros da CAC.

Ponto focal: Técnico Social.

PRODUTO 31: FESTIVAL NOSSA HISTÓRIA, NOSSO ORGULHO. Um festival voltado para os jovens, celebrando a história do bairro e o orgulho comunitário, com música, arte, fotografia e exposição de trabalhos, é uma forma poderosa de engajar a juventude e fortalecer os laços com a comunidade.

Quantidade de atividades:	01 festival
Carga horária:	20 horas para planejamento, mobilização, execução e avaliação
Meta:	150 moradores
Período de realização:	Mês 22

Diretrizes: Celebrar a história, a cultura e o orgulho do bairro por meio de um festival vibrante voltado para os jovens, incorporando ritmos populares como samba, hip-hop (rap) e funk, que são muito apreciados por jovens, além de arte, fotografia e exposição de trabalhos, vai promover o engajamento comunitário, a valorização da identidade local e a educação patrimonial. A equipe social conhecendo o perfil da juventude mapeada no diagnóstico e nos atendimentos do Plantão Social, deverá organizar um momento de expressão artística da juventude por meio de música (samba, hip-hop, funk), grafite, fotografia e exposição de trabalhos produzidos pelas demais atividades e ações deste PTS. Além de fortalecer o orgulho comunitário, destacando as conquistas com as obras de infraestrutura vivenciadas pela comunidade, o Festival poderá funcionar como uma culminância e encerramento do PTS, não perdendo o foco interseccional, garantindo a inclusão de jovens de diferentes contextos (ex.: meninas, jovens negros, LGBTQIA+, com deficiência).

Recursos: Vídeo Institucional, tenda (10x10m com alongador), mesa, cadeira, material de comunicação, serviço de sonorização com operador para 150 pessoas, praticável com 20 cm de altura (4x2,5), backdrop com banner (4x2,5), kit lanche 1 e água.

Documentos comprobatórios (meios de verificação): registro fotográfico, material de apoio, lista de presença e instrumento de avaliação utilizado.

Atores envolvidos: Coordenador, técnico social, mobilizador social, assessor de comunicação, profissional de planejamento territorial e consultor, membros da CAC e CAO.

Ponto focal: Técnico Social.

22. COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

A metodologia de trabalho apresentada no presente Projeto de Trabalho Social subsidiou a elaboração de cronograma de atividades, estando em anexo e contendo a relação detalhada de todos os insumos e recursos necessários, agrupados por categorias para melhor apreensão e distribuição ao longo do período de execução das atividades. Os valores orçados contemplam o planejamento, organização, mobilização, execução e avaliação das atividades.

23. COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO PARTICIPATIVA

A elaboração deste Plano de Trabalho Social (PTS) fundamentou-se em um processo participativo e dialógico com os moradores da Maré. Durante a realização das oficinas territoriais de validação dos dados do Levantamento de Informações (MRP), promoveu-se uma escuta ativa para o refinamento do diagnóstico local. Na ocasião, a comunidade foi devidamente informada e consultada sobre as ações previstas para a fase de obras, garantindo a transparência e a integração das demandas coletivas ao planejamento. Essa construção conjunta assegura que as intervenções sociais reflitam a realidade do território, legitimando as etapas de execução do projeto.

24. VIGÊNCIA PREVISTA PARA A EXECUÇÃO

O projeto de trabalho social desenhado está previsto para ser executado durante 720 (setecentos e vinte) dias contados a partir da data estabelecida no memorando de início das atividades.

25. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos e resultados de um trabalho social aliado a obras de urbanização no Complexo de Favelas da Maré serão amplos. Sabemos, por experiência, que com o Programa de Aceleração do Crescimento em territórios de favela é possível garantir a implantação de infraestrutura urbana, facilitar a mobilidade, promover a implantação e recuperação de áreas

de lazer, valorização imobiliária e a qualidade de vida dos moradores. O Programa Periferia Viva amplia essa atuação garantindo que com a participação popular seja possível garantir que as intervenções realizadas busquem atender os anseios do território.

O trabalho de campo fortalece o tecido social promovendo a participação ativa da comunidade nos processos decisórios, o que contribui para a redução das diferenças e do histórico silêncio que sempre veio com as intervenções hierarquizadas pelas políticas públicas. O Novo Pac e o Programa Periferia Viva permitem o crescimento do desenvolvimento socioeconômico local, inclusive com geração de empregos, seja nas obras e serviços criados para atender as diretrizes da intervenção, mas também no fomento do comércio local.

O trabalho educativo também gera impactos positivos sobre o meio ambiente, pois a ideia é tornar os espaços urbanos mais sustentáveis, com saneamento adequado, manuseio dos resíduos com prudência, além da conscientização sobre os espaços verdes e seus benefícios e os vários ganhos culturais com a valorização do território e de sua historicidade.



Documento assinado digitalmente

LUCIANE MAGALHAES DA SILVA BEJA

Data: 28/05/2026 10:50:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>